

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 104/2021
Data: 06/07/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DO PORTO DE SANTOS COMEMORAM VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19.....	4
ALEXANDRE MACHADO: INSURGÊNCIA CONTRA OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS	4
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	5
ANTAQ E CORREIOS VIABILIZAM OPERAÇÃO LOGÍSTICA POR NAVIOS	5
ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS	6
SANTOS BRASIL RECEBE SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
BP BUNGE BIOENERGIA CONSOLIDA ADOÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INCÊNDIOS POR SATÉLITE	7
DP WORLD SE EXPANDE NOVAMENTE COM A COMPRA DA EMPRESA DE LOGÍSTICA SYNCREON.....	8
CPRJ REALIZA REUNIÃO SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO EM OPERAÇÃO SHIP TO SHIP	8
PARCERIA COM O CESAR VAI TORNAR PORTO DE SUAPE O MAIS MODERNO DO PAÍS	9
MOVIMENTAÇÃO CRESCE 30% E PORTO DE VITÓRIA TEM O MELHOR 1º SEMESTRE DOS ÚLTIMOS 10 ANOS	10
PORTO DE SINES LIDERA COM AUMENTO DE 13,6%	11
PRIVATIZAÇÃO NO PORTO DE SANTOS SERÁ SUPERLATIVA, DIZ MINISTRO	11
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	13
DESESTATIZAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA.....	13
ISTOÉ - DINHEIRO	17
MAIOR COMPUTADOR DA AL VAI AJUDAR NA DIGITALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DA PETROBRAS	17
CORREÇÃO: ANEEL APROVA REGRAS PARA INTENSIFICAR CAMPANHAS POR ECONOMIA DE ENERGIA	18
BR DISTRIBUIDORA SERÁ EMPRESA DE ENERGIA, AFIRMA PRESIDENTE	18
FALA DE VICE-PREMIÊ DO JAPÃO SOBRE DEFENDER TAIWAN EM CASO DE INVASÃO IRRITA CHINA	20
FEBRABAN: BANCOS ACREDITAM QUE COPOM FEZ AJUSTE E SINALIZAÇÕES ADEQUADOS À SELIC	20
MP DO GOVERNO ABRE R\$ 20,2 BI EM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA PASTA DA CIDADANIA	21
MONEYTIMES	22
CCJ APROVA INDICAÇÃO DO ALMIRANTE DE ESQUADRA CLAUDIO VIVEIROS AO STM	22
SETOR DE GRÃOS ARGENTINO DIZ QUE PROPOSTA DO GOVERNO PARA DRAGAGEM ENCARECE EXPORTAÇÕES	23
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
OPEP+ NÃO FECHA ACORDO, DIESEL SOBE NAS REFINARIAS E CAMINHONEIROS FALAM EM GREVE.....	24
PETROBRAS AUMENTA PREÇOS DO DIESEL EM 4% E DA GASOLINA EM 6%	26
PETROBRAS INICIA EM AGOSTO PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS EM SÉPIA	28
JORNAL O GLOBO – RJ	29
BR FARÁ LEILÕES DE ENERGIA E QUER ABASTECER CARROS ELÉTRICOS NOS POSTOS, DIZ PRESIDENTE	29
EQUIPE DE GUEDES JÁ AVALIA REVER LIMITE PARA DEDUÇÃO SIMPLIFICADA DO IR	31
EVER GIVEN, QUE ENCALHOU NO CANAL DE SUEZ, TEM SINAL VERDE DA JUSTIÇA PARA DEIXAR O EGITO	32
PETROBRAS ACERTA VENDA DE BLOCO DE PETRÓLEO EM ALAGOAS POR US\$ 300 MILHÕES	33
CORREIOS: GOVERNO DECIDE PRIVATIZAR 100% DA ESTATAL EM UM ÚNICO LEILÃO.....	34
PROJETO PARA BARRAR SUPERSALÁRIOS PODE FAZER UNIÃO POU PAR R\$ 3 BI POR ANO.....	35
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
EMPRESAS ARTICULAM MUDANÇA EM REFORMA	36
PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS DEVE SER FEITA POR VENDA DE 100% DA ESTATAL, DIZ SECRETÁRIO	37
EMPRESAS JÁ ARTICULAM MUDANÇAS NA PROPOSTA DE REFORMA DO IMPOSTO RENDA.....	38
MOURÃO LEVARÁ 3 MIL MILITARES À AMAZÔNIA E PROMETE QUEDA DE 12% NO DESMATAMENTO	40
IR: GUEDES QUER CORTAR ATÉ R\$ 40 BI EM SUBSÍDIOS A GIGANTES DE BEBIDAS, CONSTRUTORAS E PETROQUÍMICAS	41
VALOR ECONÔMICO (SP)	43
MINÉRIO DE FERRO SOBE E VAI A US\$ 222 POR TONELADA NO PORTO DE QINGDAO.....	43
PPSA PREVÊ ALTA NA ARRECADAÇÃO E SUA PRIVATIZAÇÃO COMO REMOTA	43
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	44
SEM PETROBRAS, BR DISTRIBUIDORA MIRA AGORA O SETOR DE ENERGIA	44



PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	46
FPSO CARIOCA SEGUE PARA O CAMPO DE SÉPIA, NA BACIA DE SANTOS	46
PORTO DO AÇU ALCANÇA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO NO T-MULT	47
EMPRESA ARGENTINA PREPARA ENTRADA NO SEGMENTO FERROVIÁRIO BRASILEIRO	47
PORTO DO RECIFE FECHA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021 COM CRESCIMENTO DE 4,06%	48
SUAPE DESENVOLVE PARCERIA PARA TORNAR-SE O PORTO MAIS MODERNO DO PAÍS	48
ESTRADA DE FERRO CARAJÁS E A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS TÊM O MELHOR DESEMPENHO AMBIENTAL ENTRE AS FERROVIAS BRASILEIRAS	49
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DO PORTO DE SANTOS COMEMORAM VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

240 profissionais de Santos, com idade entre 18 e 35 anos, deverão receber a primeira dose nesta terça (6)

Por: Júnior Batista



Os profissionais com mais de 35 anos já são imunizados pelas campanhas das prefeituras, realizada com base na idade dos municípios. Foto: Matheus Tagé/AT

Começou nesta terça (6) a vacinação dos caminhoneiros autônomos do Porto de Santos com idade entre 18 e 35 anos. A programação contempla aplicação de imunizantes contra a covid-19 em 240 profissionais nesta faixa etária e que residem em Santos.

O caminhoneiro Nelson Silva, de 35 anos, estava trabalhando com medo. “Estou feliz, mais satisfeito. A gente não parou, usa máscara, mas sempre fica receoso”, diz ele.

Membros do Sindicato dos Caminhoneiros acompanham a vacinação. Um dos diretores, Nicolas Batista, comemorou a conquista. “Vou vacinar nos postos pela idade, mas estamos acompanhando hoje”, disse. O presidente do Sindicam, Luciano Santos, e os diretores Márcio Rodrigues, Fernando Dias e Romero Costa também aproveitaram para se proteger.

Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), que participou das negociações para a antecipação dessa vacinação, com base em dados da categoria, há 481 caminhoneiros com idade entre 18 e 35 anos: 226 de Santos, 130 em Guarujá, 82 em São Vicente, 29 em Praia Grande e 14 em Cubatão. Os profissionais com mais de 35 anos já são imunizados pelas campanhas das prefeituras, realizada com base na idade dos municípios. Em Santos, a imunização ocorre até às 13 horas, na Unidade de Cuidado do Porto, na Rua General Câmara, 507, no Paquetá.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/07/2021

ALEXANDRE MACHADO: INSURGÊNCIA CONTRA OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Segundo relatório da Agência Internacional de Energia, houve uma restrição no financiamento de combustíveis fósseis

Por: Alexandre Machado



Alexandre Machado: Insurgência contra os combustíveis fósseis - Foto: Alexander Tsang/Unsplash

A covid-19 em muitas das principais economias e as respostas fiscais generalizadas à crise econômica estão impulsionando as perspectivas de crescimento econômico e levando a uma recuperação na demanda de energia em 2021. Por outro lado, a recuperação na atividade corre o risco de empurrar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) a um novo

máximo. A pressão internacional que apoia essa redução no enfrentamento das mudanças climáticas tem aumentado de forma significativa.

Observou-se uma restrição do financiamento para a exploração de combustíveis fósseis, no relatório de 2021, da Agência Internacional de Energia (AIE), World Energy Investment. O documento apresenta sugestões e caminhos para a transição energética, alguns mais realistas do que outros, mas destaca que cada país precisará traçar a sua própria estratégia, considerando suas especificidades, como o seu estágio de desenvolvimento, por exemplo.

No mesmo sentido, companhias de P&G globais foram abaladas nos últimos meses – Shell, ExxonMobil e Chevron – por uma série de decisões judiciais, as quais levaram estas companhias a prometerem moldar de forma drástica suas futuras operações. Contudo, mesmo diante dessas expectativas, a médio-longo prazo, a descarbonização permanecerá incerta no cenário brasileiro.

Vale destacar que esses movimentos podem ser ineficazes, porque a demanda global de P&G continuará a aumentar por mais uma década (EIA, 2021), até que os veículos elétricos e outras tecnologias – que ainda não estão em escala – minem a demanda por combustíveis fósseis. A mudança que o mundo precisa em relação à energia de baixo carbono deve atender à demanda por energia baseada em carbono, não ao seu fornecimento, ou seja, a menos que a demanda por P&G também caia, as emissões não cairão.

Diante do dilema apresentado, seja pela difícil decisão em deixar recursos inexplorados ou instalar nova capacidade, que poderia correr o risco de ficar ociosa, mesmo não sendo a melhor escolha ambiental, o movimento exploratório brasileiro segue em franca evolução. Ao analisar o contexto da exploração offshore na Bacia de Santos e os seus reflexos para Baixada Santista, não poderíamos abrir mão, diante da geração de centenas de empregos e bilhões de reais entre royalties (compensação financeira aos estados e municípios que sofrem seus impactos diretos) e participação especial (campos de grande produção), contribuindo para o desenvolvimento da economia local e nacional, reflexo de um novo momento, onde empresas estrangeiras, agora com uma maior parcela do mercado brasileiro de P&G, dariam continuidade a esses investimentos.

Vale ressaltar que nem todos os blocos exploratórios leiloados estarão dispostos a utilizar, em suas operações, áreas terrestres de apoio situadas na Baixada Santista, como anunciado pela própria Equinor Brasil, em reportagem ao jornal A Tribuna de 08/05/2021. É muito provável que os blocos que se encontram geograficamente mais ao Norte da Bacia de Santos deverão manter suas operações pelos estados do Rio de Janeiro, assim como os blocos localizados mais ao Sul, pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, ambos na busca de otimizar custos através de movimentações locais, já estruturadas. Nesse sentido, caso a Baixada Santista deseje mudar esse cenário, caberá aos agentes públicos criarem vantagens e incentivos locais, além de estimular capacitação técnica de mão de obra, visando atrair empresas e, portanto, empregos para os trabalhadores da região.

Os leilões futuros serão decisivos para o setor na Baixada Santista, assim, antecipar-se aos resultados. E poderá ser uma boa alternativa para tornar a região mais atrativa ao seguimento, requerendo planejamento e muita cautela, tanto do setor público, como do setor privado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 06/07/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ E CORREIOS VIABILIZAM OPERAÇÃO LOGÍSTICA POR NAVIOS

Livros didáticos devem chegar nesta terça-feira (6) no Porto de Pecém (CE). Manaus também está na rota

Os Correios iniciaram o projeto-piloto de transporte por navegação de cabotagem – navegação que acontece entre os portos do Brasil. Com previsão para esta terça-feira (6), o Porto de Pecém (CE) receberá livros didáticos que chegarão por navio. O Porto de Manaus (AM) também receberá as obras nos próximos dias. Em 22 de junho, o Porto de Salvador (BA) foi o primeiro destino dos livros. Quatro dias depois, foi a vez de Suape (PE) receber parte do carregamento. A operação marca o ingresso dos Correios na navegação de cabotagem. Ao total, cerca de 430 toneladas de material do Programa Nacional do Livro Didático – FNDE/Ministério da Educação foram postadas. A carga saiu do Porto de Santos (SP).

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacou a troca de experiências entre técnicos da Agência e dos Correios com vistas à utilização da navegação de cabotagem. A partir do apoio prestado pela Agência à empresa pública sobre as peculiaridades do transporte, vieram o pregão eletrônico e a contratação da iniciativa privada para prestar o serviço.

Nery ressaltou que a ANTAQ sempre apoiará projetos que utilizem a cabotagem, “pois a navegação marítima é um modal mais seguro, economicamente mais viável, além dos ganhos com eficiência energética e sustentabilidade”.

Logística

Conforme os Correios, a logística de transporte de livros consiste na coleta da carga nas instalações das editoras/gráficas, localizadas em São Paulo, e o deslocamento ao Porto de Santos. Após o desembarque nos portos brasileiros, a carga é disponibilizada aos centros logísticos dos Correios em cada capital e redistribuída para entrega às escolas e às secretarias de educação.

Segundo o diretor de Operações dos Correios, Carlos Henrique de Luca Ribeiro, a estatal avaliará a performance e a possibilidade de ampliação da modalidade em outras operações logísticas. “O uso da cabotagem reforça o compromisso dos Correios com a sociedade brasileira e com o meio ambiente. A busca por novos modais de transporte é uma das várias ações em curso na empresa, com foco na sua transformação e modernização”, disse o gestor.

Com informações da Assessoria de Imprensa dos Correios.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 06/07/2021



ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS

SANTOS BRASIL RECEBE SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Na última semana, o Diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil, Roberto Teller, o Gerente Executivo de Operações Portuárias, Marcelo Patricio, e o Gerente de Segurança Aduaneira, Remildo Souza Matos, receberam no Tecon Santos a visita do Secretário Executivo do Ministério Da Agricultura Pecuária E Abastecimento (MAPA), Marcos Montes Cordeiro, e outros membros do governo.

O objetivo do encontro foi demonstrar o papel do Ministério nos terminais do Porto de Santos e debater os desafios relacionados à fiscalização e ao setor portuário. Durante o tour, a comitiva

conheceu o Centro de Controle Operacional (CCO), o Centro de Vigilância e a infraestrutura da Companhia.

Para Roberto Teller, “a visita de membros do Ministério da Agricultura foi importante para que entidades como essa, influentes nos setores portuário e logístico, reconheçam toda a inovação e tecnologia dos terminais. A comitiva ministerial demonstrou-se impressionada com o alto nível de automação da Santos Brasil, sinal de que estamos no caminho certo”, comenta.

Fonte: ABOL - Associação Brasileira de Operadores Logísticos

Data: 06/07/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BP BUNGE BIOENERGIA CONSOLIDA ADOÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INCÊNDIOS POR SATÉLITE

Informação: Grupo Cultivar (6 de julho de 2021)

Após um período de rigorosos testes de eficiência, a BP Bunge Bioenergia está consolidando a adoção de sistema de monitoramento de incêndios em áreas de canaviais a partir do uso de imagens captadas por satélite.

A plataforma, desenvolvida pela empresa GMG Ambiental, permite que as equipes sejam alertadas sobre possíveis incêndios nos canaviais e em seu entorno. Pelo uso de inteligência artificial, o sistema tem capacidade de identificar autonomamente focos de fogo, emitindo alertas visuais e sonoros nas salas de monitoramento e ligação de aviso às brigadas de combate a incêndios. A ferramenta inclui também o envio de alertas via WhatsApp, com indicação da coordenada do foco de incêndio.

“A BP Bunge jamais usa fogo em suas atividades nos canaviais. Toda a colheita de suas 11 unidades é 100% mecanizada. Mas convivemos com riscos de incêndios nos canaviais, principalmente em épocas de seca, como a atual. Por isso, além de possuir estruturas e pessoal preparado para identificar focos de fogo, a empresa tem investido significativamente para reduzir os riscos com queimadas”, afirma Nadia Gama, diretora de HSSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente) da BP Bunge.

A plataforma adotada pela BP Bunge utiliza 13 satélites que monitoram áreas de plantio e suas proximidades, disponibilizando as funcionalidades que agilizam o atendimento a ocorrências e gerando relatórios completos para o planejamento preventivo.

“O combate a incêndios exige que focos de fogo sejam identificados o mais rápido possível, para que as equipes de brigadistas, apoiadas por caminhões pipa, possam se deslocar com a maior urgência aos locais das ocorrências. Dessa forma, contar com uma ferramenta que utiliza imagens captadas por satélites e que dispõe de sistemas ágeis de alerta, como é o caso da plataforma da GMG, é um diferencial que tem contribuído significativamente para o sucesso das ações de combate a incêndios de nossa companhia”, acrescenta Nadia Gama.

Além da plataforma de captação de imagens por satélite, o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios investe na aquisição e manutenção de equipamentos; formação, treinamento e gestão de equipes com centenas de brigadistas; procedimentos de limpeza de máquinas e dos carregadores de acesso às áreas; manutenção de aceiros; promoção de campanhas internas e externas de prevenção, inclusive em parceria com as Associações do setor em cada estado de atuação; e gestão de sistemas de apoio.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

DP WORLD SE EXPANDE NOVAMENTE COM A COMPRA DA EMPRESA DE LOGÍSTICA SYNCREON

Informação: Maritime Executive (6 de julho de 2021)



Foto: Syncreon / Maritime Executive

A DP World ampliou sua ambição de dominar a logística com a aquisição da empresa norte-americana Syncreon.

A Syncreon é uma provedora de logística global especializada no projeto e operação de cadeias de suprimentos complexas para as indústrias automotiva e de tecnologia. A DP World, sediada em Dubai, anunciou a aquisição de 100 por cento da Syncreon por

US \$ 1,2 bilhão (sujeito a fechamento).

“Estamos muito satisfeitos em anunciar a aquisição da Syncreon, que agrega valor estratégico significativo à DP World, dada sua forte capacidade de soluções de logística, e permitirá que a DP World forneça soluções ponta a ponta aos proprietários de carga”, disse Sultan Ahmed Bin Sulayem, Presidente e CEO do DP World Group.

Ele acrescentou que a capacidade de soluções complexas da Syncreon traz relacionamentos de longo prazo com os proprietários de cargas, algo que se encaixa na visão da DP World de fornecer soluções de cadeia de suprimentos baseadas em tecnologia.

“A exposição da Syncreon às indústrias automotivas e de tecnologia de rápido crescimento e consideráveis ??oferece oportunidades de crescimento significativas a médio e longo prazo. Nosso objetivo é construir nesta plataforma para entregar maior escala e fornecer soluções de cadeia de abastecimento de valor agregado atraente para proprietários de carga em um mercado mais amplo”, disse Bin Sulayem.

A empresa fornece serviços especializados de armazenamento e distribuição, incluindo uma variedade de serviços de fabricação, embalagem para exportação, gerenciamento de transporte, reversão / reparo e atendimento. Em seus mais de 90 locais em 19 países, a Syncreon concentra-se em dois segmentos principais: e-commerce / atendimento de empresas de tecnologia e cadeia de suprimentos automotivos, incluindo a recepção de materiais, armazenamento, gerenciamento de estoque, kits / sequenciamento para alimentação de linha e embalagens de exportação. Possui negócios em crescimento nos mercados de bens de consumo, saúde e industriais. No ano financeiro de 2020, a Syncreon relatou receita de US \$ 1,1 bilhão.

“Estamos entusiasmados em nos juntar ao grupo DP World, pois acreditamos que a Syncreon se beneficiará da experiência significativa do grupo na cadeia de suprimentos mais ampla e excelentes relacionamentos com proprietários de carga”, disse Brian Enright, CEO da Syncreon.

A DP World, que está em uma onda desenfreada de aquisições de empresas de logística e terminais portuários, não escondeu suas ambições de dominar o fluxo de comércio global de seu hub de Dubai. A empresa atualmente lida com 10 por cento do tráfego global de contêineres e opera cerca de 80 portos. bem como terminais marítimos e terrestres em mais de 40 países em seis continentes. Em 2020, gerou US \$ 8,5 bilhões em receitas e US \$ 879 milhões em lucro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

CPRJ REALIZA REUNIÃO SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO EM OPERAÇÃO SHIP TO SHIP

Informação: Marinha do Brasil (6 de julho de 2021)



Integrantes da reunião – Foto: Marinha do Brasil

A Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ) realizou, em 23 de junho, o simpósio sobre Gerenciamento de Risco em Operação Ship to Ship com representantes da Diretoria de Portos e Costas (DPC), da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Praticagem, visando aprofundar os conhecimentos relacionados às operações e o gerenciamento de seus riscos.

A operação Ship to Ship é conhecida como uma ação de transferência de petróleo e de seus derivados, como carga, entre dois navios atracados, fundeados ou navegando. Entre inúmeras possibilidades, essa operação permite a redução dos custos operacionais na exportação de petróleo bruto oriundo das bacias petrolíferas situadas em Águas Jurisdicionais Brasileira.

Na ocasião, foram tratados os temas “Ferramentas Utilizadas para Análise de Risco em Operações Portuárias”, ministrado pelo Contra-Almirante (RM1) Nilo Moacir Penha Ribeiro, e “Gerenciamento de Risco em Operações de Ship to Ship”, pela Capitão de Longo Curso Fabiana Vila Nova Durant Silva.

O encontro foi conduzido dentro dos protocolos de prevenção ao contágio pela Covid-19, sendo reforçada a conscientização do tema e a ampliação dos ensinamentos sobre as ferramentas de Gerenciamento de Risco em operações na sociedade marítima.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

PARCERIA COM O CESAR VAI TORNAR PORTO DE SUAPE O MAIS MODERNO DO PAÍS

Informação: Agência Porto (6 de julho de 2021)

O Porto de Suape celebra mais uma parceria em benefício da inovação tecnológica de suas atividades que vai transformá-lo no mais moderno do país. Desta vez, a iniciativa acontece com o renomado Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), localizado no ambiente do Porto de Digital, e tem como objetivo auxiliar a estatal no desenvolvimento de soluções inovadoras para renovar e agilizar as operações, além de suprir as necessidades de comunicação com o setor portuário do Brasil e do mundo.

A iniciativa surge a partir dos desafios de sustentabilidade econômica, eficiência operacional e aumento da movimentação que apontam para uma contínua busca de maior competitividade nos cenários nacional e internacional. Nos portos de classe mundial são utilizadas plataformas que visam a integração de sistemas, comunicação entre anuentes e automação de processos, os chamados Port Community System – PCS (Sistema da Comunidade Portuária).

O desenvolvimento de uma plataforma integrada, além de promover maior interação entre os atores envolvidos na operação portuária como armadores, operadores, agentes marítimos, órgãos fiscalizadores, a autoridade portuária, fará com que Suape passe a figurar como um hub de geração e difusão de inovação e tecnologias emergentes, voltado para a eficiência na logística portuária. O trabalho foi iniciado há dois anos com o processo de transformação digital do atracadouro, com a estratégia de estreitar os laços entre o setor da logística portuária e o ecossistema de inovação do Porto Digital, do qual o CESAR faz parte.

“Suape já adota medidas rígidas de compliance e governança para garantir transparência da nossa operação e a parceria com o CESAR não apenas conecta todos os agentes das movimentações no porto, como também amplia e simplifica a comunicação com clientes e autoridades portuárias. Na

prática, representa mais velocidade nos processos, mais ganhos de tempo nas rotas integradas a Suape e ainda mais transparência para fazer do nosso porto um lugar cada vez mais digital e seguro para se fazer negócios”, ressalta o secretário de Desenvolvimento Econômico, Geraldo Julio.

O diretor-presidente da estatal portuária, Roberto Gusmão, lembra que Suape foi um dos quatro portos brasileiros escolhidos para integrar um grupo de trabalho para a construção do PCS nacional, tendo, inclusive, sido reconhecido pela Secretaria Nacional de Portos como um case de inovação para todo o Brasil. “Com a parceria com o CESAR, vamos elevar ainda mais a digitalização e a modernização de nossas atividades neste novo mundo físico e digital, ou digital. A meta é ter um porto em Pernambuco conectado, o quanto antes, com as plataformas globais das comunidades portuárias do país e de todos os continentes”, pontua Roberto Gusmão.

O CESAR já desenvolveu soluções para instituições como o Exército Brasileiro e a Petrobras e disponibilizará, ao longo de dois anos, uma equipe de profissionais com expertise no assunto e experiência de mercado para criar as ferramentas de integração que resultarão na digitalização de muitas das rotinas que envolvem a operação portuária.

“Desde a nossa fundação, em 1996, temos levado inovação ao mercado na forma de educação, projetos e aceleração de startups. É com muita satisfação que apoiaremos o Complexo de Suape na construção de soluções que proporcionem aumento de competitividade e atratividade, através da transformação digital, da realização de experimentos e do desenvolvimento tecnológico, simplificando processos e cortando burocracia”, comemora Fred Arruda, CEO do CESAR.

Sobre o CESAR – O CESAR é um centro de inovação que há 25 anos forma pessoas e impulsiona organizações, potencializando suas estratégias digitais. Por meio de um time diverso e multidisciplinar de cerca de mil colaboradores, desenvolve soluções com qualidade e impacto para os negócios, articulando talentos e conhecimento nos ecossistemas onde está inserido. Atua ao longo de todo o ciclo de inovação, desenvolvendo soluções que apoiam organizações em qualquer nível de maturidade digital que se encontre. A organização faz parte do Porto Digital – parque que agrega em Recife mais de 300 empresas dos segmentos de Tecnologia da Informação e Comunicação e economia criativa. O CESAR também possui regionais em Sorocaba, Curitiba e Manaus, atuação em São Paulo e Rio de Janeiro, e administra a CESAR School, escola de inovação criada com a finalidade de capacitar profissionais para as novas demandas de um mercado cada vez mais disruptivo. Além disso, o CESAR também atua na aceleração de novos negócios. Mais em www.cesar.org.br

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

MOVIMENTAÇÃO CRESCE 30% E PORTO DE VITÓRIA TEM O MELHOR 1º SEMESTRE DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Informação: CODESA (6 de julho de 2021)



Imagem/Crédito: Deivid Gava – Divulgação: CODESA

O primeiro semestre de 2021 fechou com o melhor resultado dos últimos 10 anos e crescimento de 30,6% em relação ao mesmo período de 2020. Foram movimentadas 3.659,016 t, com resultados positivos para todas as naturezas de carga.

As informações foram consolidadas pela Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento (Coplad), da CODESA. O tempo de espera dos navios também colaborou: caiu 15,29%. A média

que era de 23h44, nesses primeiros seis meses de 2021 passou para 20h07.



Para o coordenador da Coplad, Leonardo Bianchi “os resultados do 1º semestre confirmam a tendência de crescimento na movimentação de cargas para 2021. Observamos e acompanhamos um aumento da atividade em diversas cadeias de suprimento e o Porto de Vitória vem demonstrando capacidade em atender esta demanda com menor tempo de espera, mantendo a qualidade do nível de serviço”.

Cargas

Todas as naturezas de carga registram aumento na movimentação do semestre. Com crescimento de 55%, em primeiro lugar, aparece carga geral solta, seguida de granel sólido (subiu 36,4%), granel líquido (16,6%) e volume de contêineres (25,8%).

Por tipo de carga o maior aumento foi de malte, que subiu 43,3% nesse semestre, no comparativo com os primeiros seis meses de 2020. As cargas de apoio registraram aumento de 41,6%; soda cáustica, 31,8% e carvão mineral, 31,3%.

Dados positivos também com a operação de veículos. De janeiro a junho do ano passado foram movimentadas 14.040 unidades. Este ano, no mesmo período, foram 20.016, num crescimento de 42,6%

Crescimento

Há 10 anos o Porto de Vitória não registrava índices tão importantes. Em 2011, que foi um ano atípico, foram movimentadas 4.03 milhões de t. no primeiro semestre. A partir de 2012 os resultados se mantiveram em patamares mais baixos. No mesmo período do ano passado, por exemplo, foram 2,8 milhões de t, mas este ano ultrapassou 3,6 milhões de t.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

PORTO DE SINES LIDERA COM AUMENTO DE 13,6%

Informação: Portos de Portugal (6 de julho de 2021)

No período de Janeiro-Abril de 2021, o movimento de contêineres atingiu um volume de 995,5 mil TEU, traduzindo um aumento de 84,56 mil TEU correspondente a +9,3%, face ao registo do período homólogo de 2020, revelou a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

O desempenho do ecossistema portuário do Continente neste segmento dos contêineres espelha o que se passou na maioria dos portos, com exceção de Leixões que retrocedeu 16,2 mil TEU (-6,6%). O grande destaque vai para o Porto de Sines, que movimentou 70,1 mil TEU (+13,6%) até Abril; Lisboa também cresceu +22,4% (mais 20,5 mil TEU), e também Setúbal, com um crescimento de +18,9% (mais 9,9 mil TEU).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021

PRIVATIZAÇÃO NO PORTO DE SANTOS SERÁ SUPERLATIVA, DIZ MINISTRO

Informação: Santaportal (5 de julho de 2021)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, anunciou na manhã desta sexta-feira (2) que a privatização do Porto de Santos será superlativa. Freitas destacou que foram incorporadas as lições aprendidas na estruturação da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em relação a regularização, no modelo.

“Está tudo praticamente fechado. O modelo está superinteressante. A bagagem nos deu base para fazer algo melhor”, comentou durante apresentação do balanço do primeiro semestre e projeção para os próximos seis meses.

Além disso, enfatizou que o “maior leilão da história de arrendamento portuário da história” ocorre também em Santos.

“O grande leilão que ocorrerá nos terminais líquidos da área da Alemoa, STS08 e STS08A, será extremamente badalado e competitivo. O melhor ainda está por vir”, disse.

Freitas também comunicou o crescimento na movimentação portuária no primeiro semestre desse ano. No ano passado, foi de 4.2%. Só nos primeiros seis meses de 2021, cresceu em 9.7%. De acordo com ele, isso é uma resposta dos portos aos crescimentos das commodities, agronegócio e setor mineral.

Linha férrea impactará o Porto de Santos

Uma das ideias do ministério é aumentar as ofertas ferroviárias para os produtores. Tanto que até o fim do ano, deve ser concluída a ferrovia Norte-Sul e as obras na ferrovia de integração Centro-Oeste devem ser iniciadas. Segundo ele, está sendo estudada a concessão de um eixo leste-oeste também.

Freitas prometeu investimentos na ferradura na chegada do Porto de Santos, fundamental para a entrega de cargas.

Balanço de 2021

De acordo com o ministro, nos primeiros seis meses de 2021, houve a entrega de 51 obras que aprimoram a infraestrutura de transportes por todo o país. Ainda em um cenário de restrição orçamentária, agravado pelos efeitos da pandemia na economia, a pasta atuou durante o primeiro semestre na redução da burocracia, modernização e melhoria da logística e da infraestrutura dos transportes aquaviário, aéreo, ferroviário e rodoviário em todo o país.

“São entregas que têm feito a diferença e levado dignidade e qualidade de vida ao nosso povo”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Entre janeiro e junho, foram investidos mais de R\$ 3 bilhões pelo Governo Federal em diversas obras em todos os principais modais de transporte. Em resumo, foi possível entregar restauração e finalização de rodovias, construir instalações portuárias e investir em melhoramentos aeroportuários.

Freitas se refere a marcos históricos alcançados neste ano, a partir de aprimoramento da logística e do transporte nacionais. Um dos destaques das entregas deste primeiro semestre foi a conclusão da ponte sobre o Rio Parnaíba, entre Santa Filomena (PI) e Alto Parnaíba (MA), na BR-235. Uma obra realizada integralmente na atual gestão: com investimentos de R\$ 30 milhões, os trabalhos começaram em 2019 e foram concluídos antes do prazo previsto, com entrega em 20 de maio.

“Durante o primeiro semestre de 2021, o MInfra trabalhou firme para facilitar a vida dos brasileiros. Diminuímos a burocracia e aumentamos a eficiência do nosso setor. O programa de transformação digital alcançou a marca de 100% de serviços públicos digitais, e aqui no MInfra são 27 serviços para o cidadão, como o a carteira digital de trânsito, o aplicativo InfraBR [que fornece informações de serviços essenciais em rodovias para caminhoneiros] e agora o Documento Eletrônico de Transporte [DT-e], que irá revolucionar o setor de transporte rodoviário de cargas no Brasil, trazendo-o para o século 21”, ressaltou o secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio.

Mesmo com cenário adverso, foi possível avançar no programa de concessões e na revisão dos marcos regulatórios. No primeiro semestre, 29 ativos públicos de infraestrutura foram concedidos à iniciativa privada, totalizando R\$ 17,85 bilhões em investimentos contratados. Juntos, eles têm potencial de criar 338 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, ao longo dos contratos.

A maioria dos leilões de concessões ocorreu em abril, durante a Infra Week, ou Semana da Infraestrutura, maior liquidação de ativos públicos do setor na história do país. Foram concedidos 22 aeroportos, cinco arrendamentos portuários e uma concessão ferroviária, totalizando R\$ 10 bilhões em investimentos contratados e R\$ 3,56 bilhões em arrecadação.

Projeções para o futuro

Até o fim do ano, o ministério pretende superar 100 entregas, iniciar a pavimentação da BR-319, atingir R\$ 100 bilhões em investimento contratado, superar 2000km de novas rodovias pavimentadas duplicadas e reconstruídas, além de concluir a ferrovia Norte-Sul e iniciar a ferrovia de integração Centro-Oeste.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/07/2021



BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

DESESTATIZAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

Veja aqui a transmissão da Audiência Pública, disponível a partir de 06.07.2021 às 9h.

<https://www.youtube.com/watch?v=EfWau50FS3w>

A promoção da desestatização dos portos de Vitória e Barra do Riacho, e da CODESA, tem como objetivo de modernizar a gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor, estando aderente à política setorial e às diretrizes do Governo Federal de busca por investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado.

De fato, a gestão eficiente de um ativo portuário depende fundamentalmente de agilidade nas tomadas de decisão e flexibilidade de negociação e contratação, de modo a permitir que os gestores possam reagir prontamente aos constantes processos de modernização e avanços tecnológicos específicos do setor e atender com agilidade as cadeias produtivas que buscam espaços e serviços portuários. Atualmente, em virtude da natureza das Companhias Docas, as regras de contratação de serviços e aquisição de bens não favorecem que os ativos portuários sejam gerenciados com esse dinamismo.

Visando conceder maior transparência ao processo em curso, o BNDES, o MINFRA e a ME/SPPI acordaram acerca da divulgação dos resultados preliminares dos estudos. Neste site o BNDES disponibiliza uma série de informações de interesse social acerca do processo de desestatização incluindo o histórico do procedimento pelo qual foram contratados os estudos especializados, informações para participação social no processo de consulta pública da concessão dos Portos Organizados e informações preliminares relativas ao modelo de desestatização de outorga da concessão, associada à alienação da CODESA.

• Histórico

O Conselho do Programa de Parceria em Investimentos – CPPI recomendou, para aprovação do Presidente da República, a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, e a inclusão no Plano Nacional de Desestatização – PND, da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a concessão do serviço público portuário a ela relacionado, em sede da 3ª Reunião do Conselho, nos termos da Resolução nº 14, de 23/08/2017.

Nos termos do Decreto nº 9.852, de 25/06/2019, o Presidente da República autorizou a inclusão no PND, para os fins do disposto na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e a qualificação, no âmbito do PPI, na forma do inciso II do “caput” do art. 4º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, da CODESA e do serviço público portuário atualmente prestado por essa empresa nos Portos de Vitória e de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo.

• Contratação de Estudos

O BNDES selecionou, por meio de processo concorrencial. Acesse aqui os detalhes do Pregão Eletrônico 12/2019, consultores especializados para realização de estudos para a desestatização



da CODESA e/ou a outorga de concessão da administração dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho.

O escopo dos estudos contratados pelo BNDES está dividido entre o “Serviço A” e o “Serviço B”:

Serviço A

Contratado: Investor Consulting Partners Consultoria Ltda (CNPJ: 13.711.795/0001-98)

Preço: Valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Escopo: Avaliações Econômico-Financeiras

Serviço B

Contratado: Consórcio Portos B – Portos Brasil (CNPJ: 34.408.719/0001-88) – Integrado Pelas Sociedades: Pricewaterhousecoopers Serviços Profissionais Ltda; Pricewaterhousecoopers Corporate Finance & Recovery Ltda.; Loeser, Blanchet e Hadad Advogados; V. Garambone Projetos E Consultoria; Xavier, Vasconcelos, Valerim Sociedade de Advogados; e Modal Consult Projetos e Consultoria Ltda.

Preço: Valor global de R\$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais).

Escopo: Avaliação, estudo de mercado, modelo institucional e regulatório, due diligences, avaliação econômico-financeira, modelagem de venda, suporte à divulgação e realização do leilão.

O escritório Xavier, Vasconcelos, Valerim Sociedade de Advogados passou a integrar o Consórcio a partir da celebração do Aditivo 1 ao Contrato OCS 298/2019.

Ainda é prevista a contratação de auditor independente para acompanhamento da fase externa do processo de desestatização.

• Alienação da CODESA

Com a inclusão da CODESA no PND, as ações emitidas pela CODESA de propriedade da União foram depositadas no Fundo Nacional de Desestatização (Portaria PGFN n. 657, de 17 de julho de 2019), e encontram-se sob administração do BNDES. Juntamente com o depósito das ações, a União outorgou mandato ao BNDES, com poderes para aliená-las nas condições a serem futuramente aprovadas pelo CPPI.

Atualmente, a CODESA administra os portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, no regime de descentralização administrativa, inexistindo contrato de concessão que tenha formalmente outorgado à Companhia a gestão dos portos organizados. A CODESA não desempenha outras atividades além da gestão dos portos organizados em tela.

Os resultados preliminares dos estudos avaliam como vantajosa a alternativa de outorga da concessão dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, associada à transferência do controle societário de CODESA, em especial pela possibilidade de equacionamento dos atuais passivos da CODESA e de continuidade desta sociedade, com claras vantagens para a transição operacional para o regime de concessão nos portos. As conclusões acerca do processo serão materializadas no Relatório de Modelagem de Venda.

Com relação à Concessão, a ANTAQ publicou, em 28/12/2020, Consulta Pública relativa às minutas jurídicas e técnicas (edital de leilão, contrato de concessão, documentos técnicos e seus respectivos anexos), necessários à concessão dos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho. As audiências serão virtuais e os documentos estarão disponíveis para consulta e contribuições no site da ANTAQ, por 45 dias, contados a partir da data de publicação.

Veja a documentação.

<http://portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/>

Visando conceder maior transparência ao processo em curso, o BNDES, o MINFRA e a ME/SPPI acordaram acerca da divulgação dos resultados preliminares dos estudos. Assim, além dos documentos disponibilizados pela ANTAQ, estão disponíveis abaixo documentos detalhando modelo proposto para a Desestatização da companhia.

Informações sobre os resultados preliminares dos estudos também estão disponíveis no BNDES Hub de Projetos.

<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/projetos/CODESA>

• **Sumário dos Estudos**

Visando conceder maior transparência ao processo em curso, o BNDES, o MINFRA e a ME/SPPI acordaram acerca da divulgação dos resultados preliminares dos estudos. Assim, foi elaborado o documento Sumário dos Estudos (PDF - 368 kB), que detalha o contexto, situação atual e cronograma do projeto de desestatização da CODESA.

• **Minuta dos Instrumentos Contratuais**

Nessa seção encontram-se as minutas dos Contratos de Compra e Venda de Ações de emissão da CODESA.

As minutas dos documentos referentes à Concessão está disponível no site da ANTAQ e fazem parte do processo de Audiência Pública nº 19/2020-ANTAQ.BNDES - imagem ilustrativa

Minuta preliminar do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” (PDF - 95 kB)

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/febc0bf0-ff31-4f26-a490-ab27dbb2efc2/Contrato+de+Compra+e+Venda+de+A%C3%A7%C3%B5es+e+Outras+Aven%C3%A7as.18.01.2021.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nsBuNut>

Minuta preliminar do “Contrato de Compra e Venda de Ações detidas pelo Minoritário” (PDF - 82 kB)

https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/08c894c1-312e-410d-b898-77e25564fe87/ContratoCompraVenda_Minorit%C3%A1rio.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nsrclZ

• **Relatório de Modelagem de Venda**

O Relatório de Modelagem de Venda é o documento no qual são sumarizadas as principais conclusões dos estudos para desestatização. Visando conferir maior transparência ao processo, encontra-se disponível aqui a versão preliminar (PDF - 648 kB), na qual são apresentados o (I) Contexto da Desestatização; (II) Proposta de Desestatização e (III) Proposta de modelo de Leilão.

• **Condições da transição – Colaboradores CODESA**

De acordo com a Lei nº 9.491, de 9/9/1997 (“Lei do PND”), aos empregados e aposentados das empresas controladas direta ou indiretamente pela União, incluídas no PND, é assegurada a oferta de, pelo menos, 10% (dez por cento) das ações representativas de seu capital social.

A oferta aos empregados e aposentados é realizada paralelamente ao leilão de desestatização. Sua implementação está condicionada ao êxito deste, ou seja, mediante a efetiva transferência do controle acionário.

Veja o Manual de Oferta a Empregados e Aposentados (PDF - 136 kB).

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/61354af8-b8cd-4e2a-a361-b5a104038806/Manual+de+Oferta+aos+Empregados.18.01.2021.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nsrce0F>

Além da Oferta aos Empregados e Aposentados, o Ministério da Infraestrutura sinalizou que as seguintes condições estão sendo avaliadas para a transição dos colaboradores da companhia:

- Período de transição de 12 meses, com garantia de emprego (salvo justa causa);
- Proposta de PDV pelo novo concessionário em substituição ao período de transição para funcionários com mais de 30 anos de casa, no caso de adesão ao PDV;
- Inclusão de obrigação para que o novo controlador da CODESA ofereça programa de requalificação profissional para empregados que venham a ser desligados, o qual deverá ser compatível com as melhores práticas do mercado; e,
- Possibilidade de compra de ações da CODESA (participação) pelos funcionários e aposentados da Companhia no limite mínimo de 10% das ações do capital social detidas pela União (Lei do PND)

• Cronograma Estimado

ATIVIDADE

PRAZO ESTIMADO

Consulta Pública ANTAQ –	Até 10/02/2021
Concessão dos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho	Março/2021
Resolução do CPPI	Março/2021
Abertura do Data Room	Março/2021
Audiência Pública	Março/2021
Publicação do Edital de Desestatização	Agosto/2021
Leilão	Novembro/2021
Homologação do leilão	Dezembro/2021
Assembleias Gerais Extraordinárias da CODESA	Janeiro/2022
Liquidação do leilão e assinatura do contrato	Janeiro/2022
Assembleia Geral Extraordinária da CODESA	Fevereiro/2022

• Audiência pública

Cumprindo o disposto no Art. 39 da Lei nº 8.666/1993, será realizada no dia 06/07/2021, a partir das 9h, a Audiência Pública do processo de alienação das ações da CODESA, a qual terá como objetivo prestar informações ao público em geral, bem como receber sugestões e contribuições ao referido processo de desestatização.

A Audiência Pública será transmitida através do nosso canal no YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=EfWau50FS3w>

Nesta oportunidade, serão apresentados os resultados das análises realizadas pelas consultorias contratadas pelo BNDES para o desenvolvimento do projeto de desestatização, bem como as principais condições aprovadas em 07/06/2021 pelo Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) para a alienação da companhia – Resolução CPPI N° 188. Serão apresentadas as principais características do Edital para realização do certame, incluindo aquelas aplicáveis aos empregados e aposentados da companhia.

A modalidade para desestatização dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho será a alienação das ações da CODESA e, ato contínuo, a celebração de Contrato de Concessão entre a União e a CODESA para a exploração dos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho.

No período de 28/12/2020 a 10/02/2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realizou a Audiência Pública N° 19/2020, visando o recebimento de contribuições ao modelo de concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. Durante todo o período, incluindo a Audiência Pública Virtual realizada em 04/02/2021, foram recebidas inúmeras contribuições que foram publicadas em 26/03/2021, em conjunto com as respectivas respostas.

Aviso de audiência pública (PDF - 22 KB)



https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/eb23e735-ad1a-4e3e-ba06-0331d493a4c5/AVISO+DE+AUDI%C3%80NCIA+P%C3%90BLICA_CODESA.1.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nEwO274

Regulamento da audiência pública (PDF - 47 KB)

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/5a65e62b-e27a-490f-9160-210dd8d60cd8/REGULAMENTO+-+AP+CODESA+-+BNDES.v2.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nFtF7aA>

Instruções para contribuições e pedidos de esclarecimento a serem manifestados de forma oral (PDF - 38 KB)

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/c2e71dc8-585c-4993-b23b-6fc8ef2dc921/INSTRUcoes+-+AP+CODESA+-+BNDES.1.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nEwOdaz>

• Abertura do Data Room

Por meio da Resolução CPPI N° 188 de 07/06/2022, o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) aprovou a desestatização da CODESA, bem como a abertura do Data Room com informações detalhadas aos interessados no processo.

Aviso de Abertura (PDF - 70 KB)

https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/de1c31dd-9751-427b-93d1-fad317bed8e7/CODESA_Aviso+abertura+Data+room_22.06.2021+.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nEQSWbk

Manual de Procedimentos de Diligências (PDF - 122 KB)

https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/c191283f-de30-4c6e-b7d0-5617a718ed25/CODESA_Manual+de+Procedimentos+de+Dilige%CC%82ncias_20210629.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nFpaEuM

Fonte: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
Data: 06/07/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

MAIOR COMPUTADOR DA AL VAI AJUDAR NA DIGITALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DA PETROBRAS

A Petrobras colocou em operação, nesta semana, o maior computador da América Latina (AL), o Dragão. O ranking é organizado pela Top500.org para identificar o uso de equipamento de alto desempenho pelas empresas. A estatal ocupa ainda a segunda e quarta colocações desta classificação, com os supercomputadores Atlas e Fenix, que já estavam em funcionamento.

Com a utilização das máquinas, a petrolífera aumentou sua capacidade de processamento a patamar equivalente a 300 mil laptops ou 12 milhões de celulares smartphones. “Com a chegada do Dragão ao ranking, estamos na linha de frente com três, dentre os quatro maiores computadores da América Latina. Esperamos fechar 2021 com cerca de 40 petaflops Rpeak de capacidade, sem contar o uso de nuvem”, declarou o diretor de Transformação Digital e Inovação, Nicolás Simone.

O investimento na digitalização dos processos é um dos focos de todo setor de petróleo e a Petrobras também tem perseguido essa estratégia. No segmento de Exploração e Produção, a empresa utiliza as novas tecnologias para ter o máximo de sucesso exploratório e para reduzir o intervalo entre a descoberta e a produção de petróleo. Os supercomputadores são usados também para tratar os grandes volumes de dados geocientíficos.

“A revolução digital envolvida proporciona aumento da assertividade na descoberta de novas jazidas, melhoria da produção de óleo e gás e redução de riscos operacionais, o que traz, consequentemente, aumento do retorno financeiro dos projetos”, diz a empresa, em nota.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/07/2021

CORREÇÃO: ANEEL APROVA REGRAS PARA INTENSIFICAR CAMPANHAS POR ECONOMIA DE ENERGIA

A matéria publicada anteriormente continha uma incorreção no quarto parágrafo. A Agência Nacional de Energia Elétrica não estabeleceu um valor-teto para a campanha de conscientização. Segue novamente o texto, com ajuste no parágrafo em questão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 6, regras para que as distribuidoras de energia realizem campanhas de conscientização pelo uso eficiente de energia elétrica e dos sistemas de bandeiras tarifárias. A intenção do governo e da agência é intensificar as ações para a economia de água e energia devido à pior crise hídrica que o País enfrentou nos últimos 91 anos. A proposta da agência deverá ser analisada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

A definição de regras acontece após apelo à população do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em pronunciamento oficial há alguns dias e à decisão da Aneel de reajustar a bandeira vermelha patamar 2. Na última semana, o órgão aprovou um aumento de 52% na taxa adicional cobrada nas contas de luz pelo uso de termoelétricas. A agência também decidiu abrir uma nova consulta pública para discutir uma segunda correção nos valores.

O CMSE também deverá decidir como as campanhas serão financiadas. Segundo a agência, as últimas campanhas de conscientização para uso eficiente de energia foram financiadas com recursos do Programa de Eficiência Energética. Mas, por conta da edição da Medida Provisória 998, convertida na lei 14.120/2021, que previa o uso de parte desses recursos para atenuar tarifas, as distribuidoras alegaram que não teriam recursos para antecipar investimentos para bancar a campanha.

Por conta disso, a agência sugeriu que sejam usados recursos provenientes do diferimento parcial de repasses futuros das empresas para o Programa Nacional de Energia Elétrica (Procel). Como o tempo de duração e a abrangência da campanha ainda não estão definidos e isso afetará os valores gastos, a agência optou por não estabelecer um valor-teto. De acordo com cálculos da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia, uma campanha veiculada por seis meses poderia variar de R\$ 60 a 80 milhões, a depender do número de inserções da campanha na TV aberta, em rádio, produção de conteúdo de mídia digital, entre outros.

O relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, afirmou que diante do cenário é imprescindível reforçar os esclarecimentos à sociedade sobre a relação entre o uso consciente da energia elétrica e seus efeitos práticos sob aspectos econômicos. “A campanha encontra-se dentro de um conjunto de medidas que vêm sendo adotadas pelas instituições do setor elétrico para mitigar os riscos de suprimento durante a transição do período seco para o período úmido em 2021”, diz em seu voto.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/07/2021

BR DISTRIBUIDORA SERÁ EMPRESA DE ENERGIA, AFIRMA PRESIDENTE

Agora uma empresa com o capital totalmente pulverizado na Bolsa de Valores, após a Petrobrás acabar de vender toda a sua participação, a BR Distribuidora caminhará a passos largos para se preparar para a transição energética, afirma o presidente da rede de distribuição de combustíveis, Wilson Ferreira Júnior, que assumiu o comando da empresa em março, depois de deixar a estatal Eletrobrás. “Vamos ser uma empresa de energia e não só de combustível”, afirmou ele ao Estadão.

A BR Distribuidora acaba de concluir a oferta de ações em que a Petrobrás vendeu uma fatia de 37,5% da empresa por R\$ 11,4 bilhões, na maior oferta de ações na B3 de 2021.

Segundo Ferreira, ao longo desse processo de saída da Petrobrás, os investidores buscaram informações sobre os planos de curto prazo da empresa, que incluem a expansão da fábrica de lubrificantes e ampliação da logística de combustível.

Além disso, as reuniões que ocorreram durante duas semanas tiveram também abordaram o posicionamento de mais longo prazo da empresa frente à transição energética – quesito no qual o executivo garante que a BR está à frente de seus concorrentes.

O mercado de distribuição é bastante competitivo no Brasil. Conforme o último boletim de abastecimento, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a BR tem cerca de 23% de participação, seguida de perto pela Raízen, licenciada da marca Shell (20,5%), e pela Ipiranga (19,3%).

Para o presidente da BR, apesar de os dados mostrarem as empresas brigando cabeça a cabeça pela primeira posição, a BR tem hoje o menor custo do setor e baixo endividamento, estando pronta para acessar o mercado se houver necessidade de mais recursos para arcar com investimentos.

No cenário de transição energética, com a chegada de carros elétricos, por exemplo, os postos de combustíveis precisarão estar prontos para suprir essa nova demanda, se adaptando para abastecer a frota que se alimentará de energia elétrica. “Em primeiro lugar, temos de estar bem posicionados em energia elétrica. Em segundo, em GNL (gás natural liquefeito)”, explica.

A relação com a Petrobrás, que agora se resume à esfera comercial, segue positiva. “Somos o maior comprador da Petrobrás”, frisa o executivo.

Diagnóstico

Para ter em mãos um estudo detalhado sobre a companhia que o executivo assumiu há poucos meses, a BR contratou a consultoria BCG (Boston Consulting Group), que a apoiará nessa revisão estratégica. Esse processo deverá ser concluído em cerca de um mês e meio.

Nesse processo, afirma Ferreira, há pontos que de imediato precisam ser trabalhados, de olho no ganho de eficiência. Um que chama atenção são as 1,2 mil lojas de conveniência da empresa, que hoje não agregam ganhos ao resultado da companhia.

A virada de chave, segundo ele, já está em curso, com a recente parceria firmada com as Lojas Americanas, por meio das redes Local e BR Mania. Elas formarão uma joint venture e dividirão a sociedade em 50%. Já está nos planos a abertura de mais mil lojas – hoje, apenas 25% dos postos da BR têm operação de varejo, enquanto no exterior o índice de redes semelhantes chega facilmente a 60%.

Para os analistas do UBS, a BR começa, após o desinvestimento da Petrobrás, um novo capítulo. “Com a venda concluída, acreditamos que a BR está pronta para materializar o desempenho positivo esperado de todas as melhorias operacionais que obteve desde a privatização”, diz o documento assinado pelo analista Luiz Carvalho.

Já Heloíse Fernandes Sanchez, da Terra Investimentos, afirma que a saída da Petrobrás abre “caminho para que a empresa entre em outros segmentos do setor de óleo e gás, inclusive podendo virar uma concorrente da Petrobrás”.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 06/07/2021

FALA DE VICE-PREMIÊ DO JAPÃO SOBRE DEFENDER TAIWAN EM CASO DE INVASÃO IRRITA CHINA

(Por Tetsushi Kajimoto e Kiyoshi Takenaka; reportagem adicional de Gabriel Crossley)



Taro Aso no Parlamento em Tóquio

TÓQUIO (Reuters) – O vice-primeiro-ministro do Japão disse que seu país precisaria defender Taiwan com os Estados Unidos se a ilha fosse invadida, relatou a agência de notícias Kyodo na noite de segunda-feira, o que revoltou a China, que vê Taiwan como parte de seu território.

A China jamais descartou o uso da força para reintegrar Taiwan, e exercícios militares recentes da China e de Taiwan no Estreito de Taiwan elevaram as tensões.

“Se um grande problema acontecesse em Taiwan, não seria muito dizer que ele poderia ter relação com uma situação de ameaça à sobrevivência (para o Japão)”, disse Taro Aso em uma festa de arrecadação de um parlamentar e colega do Partido Liberal Democrático, de acordo com a Kyodo.

Uma “situação de ameaça à sobrevivência” é aquela em que um ataque armado contra um país estrangeiro que tem um relacionamento próximo com o Japão acontece, o que, por sua vez, cria um risco claro de ameaça à sobrevivência japonesa.

Tal situação é uma das condições que precisam se manifestar primeiramente para o Japão exercitar seu direito de autodefesa coletiva, ou prestar auxílio a um aliado sob ataque.

“Precisamos pensar seriamente que Okinawa poderia ser a próxima”, disse Aso, segundo citação da Kyodo.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Zhao Lijian, disse em uma coletiva de imprensa de rotina nesta terça-feira que os comentários do vice-primeiro-ministro japonês “prejudicaram a fundação política das relações China-Japão” e que a China “se opôs resolutamente” a eles.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 06/07/2021

FEBRABAN: BANCOS ACREDITAM QUE COPOM FEZ AJUSTE E SINALIZAÇÕES ADEQUADOS À SELIC

O setor bancário acredita que a decisão de juros tomada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de alta de 0,75 ponto percentual na taxa Selic, foi adequada, e que os juros devem chegar a 6,5% ao ano no final do atual ciclo de ajuste. As percepções estão na Pesquisa de Expectativas realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), realizada em junho pela entidade.

Segundo a pesquisa, 94,1% dos participantes acreditam que a decisão do Copom foi adequada. Além disso, 70,6% deles viram como adequada a deliberação do Comitê de não antecipar uma alta maior da Selic na próxima reunião, mantendo a previsão de um ajuste de 0,75 p.p., o mesmo feito nos últimos encontros.

Ao todo, 18 bancos participaram do levantamento da Febraban, que é realizado a cada 45 dias, após as reuniões do Copom. A pesquisa colheu também as percepções das instituições sobre os patamares a que a taxa básica de juros da economia deve chegar no final do atual ciclo de ajustes.

Todos os participantes acreditam que o Comitê deve levar a Selic ao menos até o chamado patamar neutro, estimado em 6,5% ao ano pelo Banco Central.

Para 76,5% dos entrevistados, a atual pressão da inflação deve contaminar o IPCA de 2022, mesmo com a elevação dos juros pelo Copom, mas 64,7% deles acreditam que um ajuste dos juros até 6,5% será suficiente para conter a alta de preços. Para 58,8%, o impacto da alta atual sobre a inflação futura será modesto. Apenas 17,6% acreditam que o choque será muito intenso, e que vai demandar uma maior elevação da Selic.

Também são maioria – 94,1% – os que acreditam que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 5% ou mais neste ano, sendo que 58,8% veem como mais provável um crescimento próximo a este número, e outros 35,3% acreditam que os sinais positivos na economia permitem prever um crescimento ainda maior.

Isso, no entanto, não significa que a carteira de crédito crescerá no mesmo ritmo observado até aqui: 46,7% dos entrevistados pela Febraban acreditam que a carteira de crédito para empresas deve ter mais desacelerações no crescimento, e 40,4% acreditam que o crescimento do PIB deve ajudar a sustentar as altas. Para o time dos “pessimistas”, pesam o fim de programas públicos de crédito, o aquecimento do mercado de capitais e o caixa forrado das grandes empresas.

Na carteira total, a pesquisa da Febraban aponta a expectativa de crescimento de 10,3% neste ano, ante os 8,2% esperados na pesquisa de maio. O BC prevê alta de 11,1%, e no momento, a carteira tem se expandido a um ritmo de 16,1% em base anual, o que, segundo a federação, indica que há espaço para novas revisões positivas.

A reedição do Pronampe, programa de crédito para pequenas e médias empresas, pode ter motivado a melhoria nas projeções. A maior revisão para cima, segundo a Febraban, foi na carteira de crédito direcionado, que passou a ter previsão de alta de 8,2%, ante os 5,2% observados em maio. A resiliência dos créditos imobiliário e rural também contribuiu para a alta.

Na carteira livre, os bancos projetam em média alta de 11,2%, ante os 10,1% apontados na pesquisa de maio. A alta veio tanto das projeções para a carteira de empresas quanto para a de pessoas físicas, e em ambas, as expectativas aumentaram devido à previsão de que a recuperação da economia será mais sustentável no segundo semestre.

As previsões para a inadimplência mostram sentidos divergentes. Na carteira livre, a projeção para 2021 caiu em 0,1 p.p. em relação à pesquisa anterior, para 3,5%, e para 2022, ficou estável em 3,7%, ambos os números menores que os de antes da pandemia, de 4%. Já na carteira total em 2022, espera-se inadimplência de 7,7%, ante os 6,9% da pesquisa anterior.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/07/2021

MP DO GOVERNO ABRE R\$ 20,2 BI EM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA PASTA DA CIDADANIA

O presidente Jair Bolsonaro editou nesta terça-feira (6) uma medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 20,272 bilhões em favor do Ministério da Cidadania. Os recursos serão utilizados para a prorrogação do Auxílio Emergencial por mais três meses, anunciada ontem pelo governo. O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação. Conforme havia sido adiantado pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, a ajuda voltada aos mais vulneráveis durante a pandemia de covid-19 foi prorrogada até outubro de 2021, nos mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. O benefício contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros e a última parcela estava prevista para julho.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 06/07/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

CCJ APROVA INDICAÇÃO DO ALMIRANTE DE ESQUADRA CLAUDIO VIVEIROS AO STM



Após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, a indicação foi aprovada com 18 votos favoráveis e um contrário (Imagem: Pedro França/Agência Senado)

O almirante de esquadra Claudio Portugal de Viveiros teve sua indicação aprovada ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação foi realizada na tarde desta segunda-feira (5) e terminou com 18 votos favoráveis e um contrário. O

indicado segue agora para análise dos 81 senadores em Plenário.

O nome do almirante foi o primeiro de uma série de indicações a serem votadas pela CCJ nesta semana de esforço concentrado. Durante a sabatina, o militar da Marinha ouviu elogios dos senadores Antonio Anastasia (PSD-MG), Esperidião Amin (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), mas também foi questionado por Fabiano Contarato (Rede-ES) a respeito de uma série de questões polêmicas.

Uma delas foi sobre o corporativismo na Justiça Militar. Contarato lembrou que em dez anos, apenas um único oficial general foi punido pelo STM, que arquivou outros 20 processos.

— Isso não passa a imagem de quem está chancelando um corporativismo? O STM tem realmente cumprido seu papel no combate à impunidade? — indagou.

Claudio Viveiros negou a existência de qualquer tipo de proteção a acusados e lembrou que todos os casos envolvendo oficiais gerais são julgados no STM por ministros de origem civil. Além disso, acrescentou, os processos são acompanhados pelo Ministério Público Militar, que tem isenção e independência.

Política

Fabiano Contarato também quis saber a opinião do indicado sobre recente entrevista à revista Veja do atual presidente do STM, Luis Carlos Gomes Matos, criticando a oposição brasileira. Para o senador, um magistrado deveria demonstrar imparcialidade.

O almirante de esquadra alegou que o presidente do tribunal, ao falar com a imprensa, estava exercendo seu direito à liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, portanto, partindo desse princípio, não seria um comportamento impróprio.

— Em relação ao conteúdo, não teria considerações a fazer, até por questões éticas — afirmou.

Indagado sobre o fato de o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que é general da ativa, ter subido em um palanque ao lado do presidente Jair Bolsonaro, Claudio Viveiros lembrou que a questão foi tratada fora da alçada da Justiça Militar, pois estava no âmbito do regulamento disciplinar do Exército.

Igualdade de gênero

A situação das mulheres e da população LGBTQIA+ nas Forças Armadas também foi abordada pelo senador Fabiano Contato. O indicado ao STM disse que a Marinha brasileira já admite mulheres há 40 anos, e a presença feminina na corporação vem ganhando cada dia mais relevância, visto que elas estão deixando as funções de apoio e administrativas para atuarem também na área operacional.

— A Escola Naval, que forma pessoal de nível superior, já está direcionando mulheres não só mais para o corpo de intendente, mas também para o corpo da armada e para o corpo de fuzileiros navais. Outro aspecto relevante é que a Marinha já teve duas almirantes mulheres: uma da área médica e outra técnica na área de Engenharia — esclareceu.

Em relação ao preconceito contra os gays, o almirante de esquadra lembrou que a Constituição não admite discriminação de qualquer natureza e é preciso o respeito integral à dignidade humana. Todavia, acrescentou, é importante também que todos tenham consciência de que a conduta do profissional tem que estar pautada na ética prevista no Estatuto dos Militares.

— Seja qual for a orientação, seja qual for a situação que se envolva, é preciso que o militar tenha condições de acompanhar o que está previsto nos nossos estatutos, em termos de ética, em termos de comportamento, de postura, de posicionamento oficial e também no campo particular — opinou.

Antiguidade

Conforme o almirante expôs em seu discurso inicial, a Justiça Militar da União é a mais antiga do país, com mais de 200 anos, e decorre da própria existência das Forças Armadas brasileiras. Segundo o artigo 124 da Constituição de 1988, julga os crimes previstos no Código Penal Militar (CPM).

A partir da Constituição de 1934, a Justiça Militar deixou o Executivo e passou a integrar o Poder Judiciário. Seu órgão máximo, o Superior Tribunal Militar (STM) é composto de 15 ministros, sendo cinco civis e dez militares.

Fonte: MoneyTimes

Data: 06/07/2021

SETOR DE GRÃOS ARGENTINO DIZ QUE PROPOSTA DO GOVERNO PARA DRAGAGEM ENCARECE EXPORTAÇÕES

Os custos das exportações de grãos da Argentina aumentariam sob uma nova proposta do governo, que prevê que os navios paguem pedágios ao Estado, e não mais à companhia que realiza a dragagem do rio Paraná, disseram membros da indústria nesta segunda-feira.

O governo argentino discorda, afirmando que a proposta, na verdade, tem como objetivo diminuir os custos logísticos ao mesmo tempo em que a produção agrícola do país aumenta.

Este é o mais novo capítulo de uma longa saga de agricultores e exportadores em oposição às intervenções do governo no setor.

A dragagem da hidrovia dá ao país uma vantagem sobre os rivais Brasil e Estados Unidos, que dependem mais de caminhões e barcaças, menos eficientes.

Na semana passada, o governo divulgou sua proposta para a administração do rio.

Ela prevê que o Estado, em vez da empresa que draga a hidrovia, deve receber os pedágios que navios pagam para utilizar o terminal exportador de Rosario, de onde partem cerca de 80% dos embarques de grãos da Argentina.

A proposta irritou exportadores e produtores, que já temiam as políticas do governo de centro-esquerda do presidente Alberto Fernández, cuja administração limitou as exportações de carne bovina como forma de controlar a inflação doméstica dos alimentos.

O governo deve supervisionar o sistema de logísticas e garantir a transparência no processo de licitação para os serviços de dragagem, disse Luis Zubizarreta, presidente da câmara de portos privados da Argentina.

Ele acredita, no entanto, que a companhia que realiza a dragagem, e não o governo, deve continuar recebendo o pedágio pago pelos navios.

“O sistema atual funciona bem, com os usuários do rio pagando o pedágio diretamente à empresa de dragagem. Nós precisamos manter isso”, afirmou Zubizarreta.

“Se o fluxo do dinheiro passar pelo Estado, o custo dos serviços de dragagem vai aumentar”, acrescentou.

Mas uma fonte do Ministério dos Transportes do país, que pediu para não ser identificada, disse que a proposta para o sistema de dragagem não tornaria os embarques mais caros.

“Não implica um custo maior. Um dos nossos objetivos é reduzir o custo das logísticas”, afirmou.

Fonte: MoneyTimes

Data: 06/07/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

OPEP+ NÃO FECHA ACORDO, DIESEL SOBE NAS REFINARIAS E CAMINHONEIROS FALAM EM GREVE

Por epbr - 6 de julho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

A reunião da OPEP+ terminou sem acordo e, mais grave, sem data para retomada das negociações, após a decisão surpresa dos Emirados Árabes Unidos de interditar a revisão do acordo de controle de produção da coalizão liderada por Rússia e Arábia Saudita.

— O mercado interpretou o impasse, iniciado na quinta-feira passada, como um sinal de que o aumento da oferta de óleo no curto prazo será postergado.

— O grupo negociava a retomada gradual de parte da oferta ociosa – chegou a ser proposto um aumento de 400 mil barris/dia por mês para o segundo semestre.

— Analistas alertam que as tensões geopolíticas entre Arábia Saudita e Emirados Árabes acabaram contaminando o acordo. Os aliados históricos têm se afastado em meio aos avanços sauditas para tentar consolidar a influência nos países árabes do Oriente Médio.

— Sem um acordo para elevar a produção em agosto, algumas previsões já falam em valorização dos preços do barril para US\$ 90 (Bloomberg, em inglês).



— Enquanto uma guerra de preços, provocada pelo eventual fim do acordo de controle da produção, vem sendo tratada como um risco distante. Uma disputa desenfreada pelo aumento da produção seria prejudicial para o próprio cartel.

Os contratos futuros do Brent voltaram a subir. Chegaram a atingir US\$ 77,84 nesta terça (6/7), após fechar em alta de 1,3% ontem, a US\$ 77,16. O WTI acompanha com uma valorização mais expressiva, de 1,48% ontem, para US\$ 76,25; e máxima de US\$ 76,98 hoje.

O cenário levou a Petrobras a se mover e em só uma tacada elevar os preços do diesel (+3,8%), da gasolina (+6,2%) e do GLP (+5,9%). Os preços do diesel estavam congelados há 66 dias, desde 1º de maio, primeiro reajuste da nova administração de Joaquim Silva e Luna.

— No acumulado do ano, a gasolina registra aumento de 46%. O diesel já subiu cerca de 40%, enquanto o GLP acumula elevação de 37,9%.

— O mercado vê defasagem nos valores cobrados internamente pela Petrobras, mesmo após os reajustes. As ações da companhia fecharam em baixa de 1,3%, mesmo com a alta do petróleo.

E os caminhoneiros reclamam. Ao Estadão, o presidente do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), Plínio Nestor Dias, afirmou que a alta do diesel pegou a categoria de surpresa e dá força para a greve que o grupo tenta realizar no próximo dia 25 de julho.

— A CNTRC, uma das associações que representam os caminhoneiros, tem ficado isolada na tentativa de convocar paralisações. E a força política do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na categoria tem sido suficiente para impedir uma greve.

ANP debate nesta quarta (7/7) em audiência a proposta de flexibilização da fidelidade à bandeira nos postos de combustível. Mudança tem pouco apoio no mercado de revenda e distribuição.

— A ideia é permitir que os postos com bandeira – contratos de exclusividade com distribuidoras para venda de combustíveis e exibição das marcas – possam instalar bombas com bandeira branca e ofertar, no mesmo espaço, combustíveis de diferentes marcas e preços.

Leilões de energia da BR Distribuidora. Wilson Ferreira Júnior, presidente da BR, reforçou que a estratégia da companhia será ampliar o portfólio de energia oferecido pela distribuidora de combustíveis. Uma alternativa é promover leilões de energia privados.

— “A energia elétrica é o combustível que vai suceder. Então, temos que ter capacidade de colocar no nosso cliente essa energia elétrica”, diz. O Globo

— Outro mercado visado é o de GNL em pequena escala. Em anos recentes, a BR Distribuidora comprou uma comercializadora de energia, a Targus, e chegou a fechar um acordo para entrar em sociedade com a Golar Power no mercado de distribuição – negócio iniciado antes da venda da Golar.

— Já a compra de uma refinaria, por enquanto, está descartada. “Claro que estamos esperando a revisão da nossa estratégia, mas, como empresa compradora de combustível, temos poder de barganha maior com uma refinaria do que se tivermos uma”, diz Ferreira Júnior.

Petrobras diversifica contratos no Gasbol. A TBG fechou o primeiro contrato de curto prazo trimestral com a petroleira para transporte de gás natural. Foram contratados 741 mil m³/dia de capacidade de entrada, entre julho e setembro, no EMED Gascar (Campinas-Rio).

— Ao todo, a Petrobras contratou este ano mais de 3,3 milhões de m³/dia, em oito contratos de curto prazo. Os sete primeiros foram fechados em prazos mensais.

O valor total de campos de óleo e gás à venda na indústria é da ordem de US\$ 140 bilhões, calcula a Wood Mackenzie. E parte dessa oferta de ativos é fruto da estratégia das grandes produtoras ocidentais de reduzir a participação de fósseis em seus portfólios.

— ExxonMobil, Chevron, BP, Shell, Total e Eni, nos cálculos da consultoria, liquidaram US\$ 28 bilhões desde 2018 e têm outros US\$ 30 bilhões à venda, como parte da estratégia de descarbonização.

— A questão é se haverá espaço e capital para investimento em todos esses campos, se o mundo entrar em linha com as metas do Acordo de Paris, destaca o Financial Times.

Indicações no Senado Federal. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a indicação de Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos.

— Segue para votação em plenário, que pode ocorrer até quinta (8/7). No mesmo período, pode ser votada a nomeação de Tabita Loureiro para a diretoria da ANP. Sabatinada e aprovada em comissão ano passado, Tabita vai assumir a vaga deixada com o fim do mandato de Felipe Kury.

Biodiesel. As unidades da BSBIOS em Passo Fundo (RS) e Marialva (PR) e a unidade da 3tentos em Ijuí (RS) receberam os primeiros selos de qualidade criados pela Aprobio, associação do setor de biodiesel.

— O selo é uma iniciativa dos produtores para dar mais credibilidade à produção de biodiesel e garantia da qualidade na oferta do biocombustível. É atestado pela Control Union.

— “Nosso objetivo é ampliar a transparência ao mercado com auditoria de produto realizada por empresa certificadora independente e, assim, confirmar a adoção pelas usinas associadas das especificações mais rígidas”, afirma Julio Cesar Minelli, diretor superintendente da Aprobio.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/07/2021

PETROBRAS AUMENTA PREÇOS DO DIESEL EM 4% E DA GASOLINA EM 6%

Reajuste no diesel ocorre após 66 dias de preços congelados ou reduzidos

Por epbr - 5 de julho de 2021 - Em Combustíveis

A Petrobras decidiu elevar os preços do diesel em 10,2 centavos por litro, cerca de 3,8% para R\$ 2,81, a partir desta terça (6). Os preços do combustível — o mais utilizado no país — estavam congelados desde 1º de maio, há 66 dias.

A gasolina entregue às distribuidoras e o gás liquefeito de petróleo (GLP) também terão aumentos, o que afeta os consumidores domésticos. Desde 2019, não há mais diferenciação de preços do GLP.

A gasolina vai subir 15,7 centavos, para R\$ 2,69 por litro, uma alta de 6,2%. Há 22 dias, em 12 de junho, a companhia havia reduzido os preços em cerca de 2%. Em 1º de maio, também fez um corte no mesmo patamar.

O GLP sobe 20 centavos, para R\$ 3,60 por quilo, alta de 5,9%.

Na contramão dos preços do diesel e da gasolina, a Petrobras já havia elevado os preços do gás de cozinha em junho, em 5,9%, totalizando 39 centavos por quilo em cerca de 45 dias.

Com isso, o preço do gás de cozinha vendido em botijões de treze quilos, voltado para consumidores residenciais, sobe R\$ 2,60 amanhã, na entrega do GLP pela Petrobras para as distribuidoras. E acumula alta de R\$ 5 reais considerando os dois reajustes.

Desde fevereiro, o GLP em botijões de treze quilos é beneficiado pela desoneração de impostos federais, por decisão do presidente Jair Bolsonaro. O desconto, contudo, é da ordem de dois reais por botijão.

Mercado vê defasagem e combustíveis pressionam inflação

Segundo cálculos da Ativa Investimentos, consultoria de mercado financeiro, a gasolina permanece com uma defasagem de 14% em relação aos preços internacionais.

Para o mercado de ações, a paridade internacional é uma métrica importante para calcular o fluxo de caixa e as margens da companhia na venda de derivados de petróleo.

Desde a mudança no comando da companhia, com a chegada de Joaquim Silva e Luna em abril, o mercado já conta que os reajustes da Petrobras serão mais lentos, em relação à volatilidade dos preços externos.

“Assim, o acréscimo [de 6,2%] feito pela Petrobras segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada”, explica Guilherme Sousa, economista da Ativa Investimentos.

Para os importadores representados pela Abicom, que trabalham com importação de diesel e gasolina, o mercado permanece em defasagem.

“Importante reforçar o posicionamento da Petrobras que busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais”, diz a companhia, em nota.

“Apesar de ainda existirem defasagens, em relação às PPIs [paridades de preço internacionais] que calculamos, o anúncio feito pela Petrobras sinaliza que está buscando seguir a paridade internacional”, afirma o presidente da Abicom, Sérgio Araújo.

“Esta sinalização é muito importante para avançarmos com a abertura do mercado e atração de investimentos”, diz.

Antes do reajuste, a Abicom calculava uma defasagem média de 12% para gasolina e 7% para óleo diesel, isto é, o desconto aplicado nos preços internos em relação ao praticado no desembarque de combustíveis nos portos brasileiros.

A defasagem média variava de 22 a 17 centavos por litro de diesel S10 a depender do porto de entrada, antes do aumento de 10,2 centavos anunciado pela Petrobras.

Na gasolina, as contas da Abicom chegavam a uma diferença de 38 a 33 centavos, antes do aumento de 15,7 centavos por litro.

A paridade é resultado do câmbio, que tem demonstrado força para se manter acima dos R\$ 5 por dólar, e dos preços do óleo.

Desde maio, a moeda americana registra desvalorização de 9%, até atingir a mínima de R\$ 4,928 em 24 de junho. De lá para cá, já valorizou mais de 3%.

No mesmo período, o Brent valorizou mais de 13%, saltando do patamar de US\$ 64 para US\$ 76 por barril.

O Brent tem se mantido em alta, mesmo com as incertezas externas, intensificadas da semana passada para cá, com a incapacidade da coalizão de produtores OPEP+ chegar a um acordo sobre o controle da oferta no segundo semestre deste ano.

“Os preços praticados pela Petrobras seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo”, diz a empresa.

“O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras: distribuidores, importadores e outros produtores, além da Petrobras”, completa.

Caminhoneiros querem fim da paridade internacional

Na semana passada, o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, recebeu a diretoria do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC). A associação vem falando em realizar uma greve dos caminhoneiros desde o mês passado.

“O transporte modal rodoviário é muito importante para o Brasil. A Petrobras busca compreender os atores da sociedade, avalia a melhor forma de contribuir com todos eles e está sempre aberta ao diálogo”, afirmou Silva e Luna, segundo nota da Petrobras.

A prévia da inflação de junho (IPCA-15, do IBGE) apontou alta de 3,53% nos preços do diesel; a gasolina subiu 2,86%; o etanol ficou 9,12% mais caro; e o gás veicular, 12,41%.

O caminhoneiros querem o fim da paridade internacional de preços dos combustíveis, prática da Petrobras iniciada no governo Temer, com Pedro Parente, que foi alvo da greve dos caminhoneiros de 2018.

Em maio, a CNTRC defendeu a taxação de exportações de óleo em carta enviada a Bolsonaro.

“Os recursos advindos da taxação na exportação de petróleo bruto poderão ser utilizados para compensar Estados e União na redução de impostos sobre combustíveis”, diz o documento.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/07/2021

PETROBRAS INICIA EM AGOSTO PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS EM SÉPIA

Por epbr - 5 de julho de 2021 - Atualizado em 6 de julho de 2021 - Em Mercado, Mercado offshore, Petróleo e gás, Projetos

O campo de Sépia, área da cessão onerosa do pré-sal da Bacia de Santos, começará a produzir em agosto. O FPSO Carioca, que será responsável pela produção, deixou o Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, rumando para a Bacia de Santos, informou nesta segunda (5) a Modec, contratada pela Petrobras para a construção e afretamento da unidade.

A plataforma terá capacidade para produzir diariamente 180 mil barris de petróleo bruto (bpd) e 6 milhões de metros cúbicos de gás, além de armazenar 1,4 milhão de barris de petróleo.

Sépia é uma das áreas da cessão onerosa do pré-sal da Bacia de Santos. Em 17 de dezembro, o governo vai licitar – pela segunda vez – o volume excedente de petróleo para o projeto, junto com o campo de Atapu. =

O campo de Sépia terá bônus de assinatura de R\$ 7,138 bilhões e alíquota de partilha de 15,02%. Já Atapu terá bônus de assinatura de R\$ 4,002 bilhões e alíquota de partilha de 5,89%.

Em comparação com a primeira tentativa de licitar as reservas, em 2019, os valores de bônus caíram cerca de 70%. Sépia foi ofertada com bônus R\$ 22,9 bilhões e percentual mínimo de excedente de 27,88%; Atapu teve bônus de R\$ 13,7 bilhões e percentual mínimo de 26,23%.

A Petrobras já manifestou direito de preferência e será operadora da área com pelo menos 30% de participação.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já indicou que a expectativa do governo é que a concorrência de outras empresas no leilão será para atuar em conjunto com a Petrobras.

“Nenhuma empresa vai entrar nesse leilão sem ter participação da Petrobras, porque a Petrobras já está produzindo nesses campos. E ela é considerada a empresa de petróleo mais qualificada para fazer produção em águas profundas”, afirmou em entrevista à CNN Brasil.

O ex-diretor-geral da ANP e atual CEO da Enauta, Décio Oddone, acredita que os consórcios formados pelas petroleiras Petrogal, Shell e Total devem se compor com a Petrobras para disputar os dois excedentes da cessão onerosa que serão licitados pela ANP em 17 de dezembro.

Atapu e Sépia foram licitadas em 2019, mas não despertaram interesse das empresas.

Shell, Total e Petrogal já atuam junto com a Petrobras na jazida compartilhada de Atapu, área que reúne o contrato de cessão onerosa de Entorno de Iara, o contrato de concessão BM-S-11A (Oeste de Atapu) e área não contratada (Norte de Atapu).

Colunas | Heloísa Borges: Entendendo o leilão do petróleo excedente da cessão onerosa

Em 2019, Sépia e Atapu não receberam oferta durante o leilão da cessão onerosa e também ficaram de fora do direito de preferência da estatal brasileira.

O MME passou os últimos meses articulando novas regras para facilitar o pagamento à Petrobras das indenizações por investimentos já realizados em Sépia e Atapu. Também reduziu em 70% o bônus de assinatura das áreas, para R\$ 11,1 bilhões, e os valores mínimos de partilha do óleo com a União.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/07/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

BR FARÁ LEILÕES DE ENERGIA E QUER ABASTECER CARROS ELÉTRICOS NOS POSTOS, DIZ PRESIDENTE

Wilson Ferreira Junior acaba de coordenar o processo histórico de saída da Petrobras na empresa e está de olho em fontes renováveis

Por Bruno Rosa



Wilson Ferreira Junior é presidente da BR Foto: Edilson Dantas /Agência O Globo

RIO - No comando da BR Distribuidora desde março, Wilson Ferreira Junior acaba de coordenar o processo histórico de saída da Petrobras da empresa e já mira a transição energética.

Em entrevista ao GLOBO, o executivo, que trocou a Eletrobras pela BR no início do ano, afirma que a empresa vai promover leilões de energia — assim como faz o governo — para



comercializar eletricidade a partir de fontes renováveis aos grandes clientes. Já nos postos, está de olho nos carros elétricos

Sobre o reajuste dos combustíveis pela Petrobras, ele revela que a BR tem aumentado a compra de derivados no exterior. E descarta a participação da empresa na compra de refinarias à venda pela estatal.

Confira os principais trechos da conversa a seguir.

Sem a Petrobras, o que esperar da BR?

Apesar de ter um movimento de redução de custos e aumento de geração de caixa, adicionamos 240 postos de gasolina no ano passado (chegando a 8.058 postos).

Crescemos nosso market share em 2,4 pontos (para 28,1%). São números que vamos aumentar. Há ainda um compromisso de estimular uma agenda ambiental, social e de governança

Eu estive com mais de 300 investidores em duas semanas. O follow on (venda de ações) gerou quase duas vezes e meia o número de ofertas. É com essa agenda ambiental que queremos transformar essa grande empresa em uma empresa grande.

Além dos 30 milhões de consumidores mensais, temos mais de 15 mil clientes de grande porte. Vendemos combustível de aviação para as empresas aéreas, óleo combustível para as térmicas, óleo diesel para agronegócio.

Esse conjunto de consumidores vai ser objeto de uma conscientização ambiental e terá de fazer uma transição energética. E queremos ter as opções para que eles façam essa mudança.

Como fazer essa transição energética?

A energia elétrica é o combustível que vai suceder. Então, temos que ter capacidade de colocar no nosso cliente essa energia elétrica.

A mesma coisa é o GNL (gás em estado líquido). Hoje, 90% dos consumidores de grande porte do Brasil não estão ligados a uma rede de gás de distribuidora. Aqui temos essa capacidade, que é o que chamamos de gasoduto virtual, que é levar o GNL para essas empresas.

Mas que tipo de investimento a BR pretende fazer em energia renovável?

Para colocar energia elétrica na instalação de um consumidor de forma competitiva é preciso promover leilão de energia de longo prazo.

Nos leilões do governo, e tive essa discussão na Eletrobras antes de sair, há muitos projetos, porque as distribuidoras têm capacidade financeira para ter um contrato de longo prazo, mas nem todos são adquiridos nesses leilões. E a BR tem essa capacidade financeira.

A BR pode fazer esses leilões. Pode comprar essa energia e entregar a seus clientes. Nossa intenção é ser um promotor de leilões de energia renovável de longo prazo para alimentar nossos consumidores.

Mas como isso chegaria na ponta, ao consumidor?

As comercializadoras de energia são empresas pequenas. Elas precisam de uma capacidade financeira que dê lastro a esse compromisso. É o que a BR pode fazer.



Fiz uma live com todos os nossos revendedores há dois meses e meio, quando cheguei aqui. Já estamos oferecendo para nossos postos a possibilidade de serem atendidos com energia renovável. Já são 300.

Nossa ideia é que todos os nossos postos tenham energia renovável fruto desse tipo de iniciativa.

E, à medida que tenhamos evolução de mobilidade elétrica com os carregadores para os carros, a ideia é que possamos assegurar que esses clientes abastecendo seus automóveis tenham uma energia certificada renovável.

E aquisições nessa área estão no radar?

Assim que cheguei na BR contratei o Boston Consulting Group para fazer uma revisão estratégica da empresa. Como corporation (como são chamadas empresas com capital diluído em Bolsa, sem um controlador definido) teremos capacidade de ir ao mercado capturar parte dos recursos para custear essas aquisições, se houver oportunidade de grande porte. Mas temos geração de caixa na empresa.

A Petrobras acaba de elevar os preços dos combustíveis. Há alternativa para reduzir o valor?

A margem que fica para a BR e o revendedor é de R\$ 0,10 por litro. A maior parte do ganho está ligado ao próprio combustível e aos impostos. A margem do revendedor e da distribuidora é muito baixa. Não é com essa margem que vai subir ou baixar o custo.

A BR é refém da Petrobras?

A BR é hoje a maior importadora de combustível do Brasil (o volume total importado no último ano foi de 3,469 milhões de metros cúbicos, cerca de 17% do volume total da BR). Mas a BR não fazia isso. No passado, ela comprava da Petrobras e, às vezes, perdia valor.

Por isso, é importante ter um preço comparado com a paridade internacional, e a Petrobras vem fazendo isso. E, mesmo não tendo vantagem, você faz como estratégia de diversificação. Todas as refinarias hoje não têm a capacidade de suprir todo o mercado brasileiro. E isso tende a aumentar, já que não temos refinarias em construção.

A empresa tem planos para comprar refinarias?

Não. Claro que estamos esperando a revisão da nossa estratégia, mas, como empresa compradora de combustível, temos poder de barganha maior com uma refinaria do que se tivermos uma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/07/2021

EQUIPE DE GUEDES JÁ AVALIA REVER LIMITE PARA DEDUÇÃO SIMPLIFICADA DO IR

Governo propôs limitar o formulário simplificado que dá desconto automático de 20% para quem ganha até R\$ 40 mil, mas estuda revisão para facilitar reforma tributária no Congresso

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — Nas discussões da reforma tributária, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, já admite estabelecer um novo limite de renda para que o contribuinte possa fazer a declaração simplificada de Imposto de Renda.

O texto apresentado no fim do mês passado ao Congresso estabelece um limite de renda de R\$ 40 mil por ano para que o trabalhador possa usar a declaração simplificada do IR. O novo valor ainda não está fechado, mas poderia ir para a casa de R\$ 60 mil anuais, de acordo com interlocutores do ministro.

O limite proposto pelo governo afetaria um universo de 6,8 milhões de contribuintes. A intenção de Guedes é que esse número caia para próximo de 3 milhões.

Após uma série de críticas, o governo está fazendo contas e pode mudar trechos da reforma do Imposto de Renda, apresentada na semana passada. O projeto também atualiza a tabela do IR da pessoa física. Não está em discussão alterar esses valores.

Segundo dados da Receita Federal, um total de 17,4 milhões de contribuintes declararam o IR pelo modelo simplificado em 2019, último ano em que esse dado está disponível. O teto para desconto simplificado, da forma como foi proposto, faria o governo arrecadar mais R\$ 9,98 bilhões em 2022; R\$ 10,22 bilhões em 2023 e R\$ 11,4 bilhões em 2024.

A proposta do governo fixa um limite anual de renda de R\$ 40 mil, o que equivale a uma renda de R\$ 3,3 mil por mês, em que os contribuintes poderão acessar o modelo simplificado. Um dos argumentos apresentados é que ficou mais fácil fazer a declaração, diante dos avanços na tecnologia.

Dados da Receita apontam que 7,407 milhões de contribuintes que optaram pelo modelo simplificado em 2019 tinham renda anual de até R\$ 30 mil; 1,759 milhão, entre R\$ 30 mil e R\$ 35 mil e 1,461 milhão, entre R\$ 35 mil e R\$ 40 mil.

A declaração simplificada é indicada para os contribuintes que não têm muitas despesas dedutíveis. Neste caso, atualmente, é possível abater 20% sobre a soma dos rendimentos tributados no limite de R\$ 16,7 mil.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 06/07/2021

EVER GIVEN, QUE ENCALHOU NO CANAL DE SUEZ, TEM SINAL VERDE DA JUSTIÇA PARA DEIXAR O EGITO

Corte suspende ordem judicial de detenção do cargueiro, que está na hidrovia desde março, com a tripulação a bordo. Expectativa é que navio seja liberado amanhã

Reuters

ISMAÍLIA, EGITO — Um tribunal egípcio suspendeu a ordem de detenção do cargueiro Ever Given, disseram um advogado e fontes judiciais à Reuters. Com a decisão, o navio, que encalhou no Canal de Suez em março e está detido lá desde então, poderá ser finalmente liberado.

A expectativa é que a liberação da embarcação, que está com a tripulação a bordo há meses, ocorra nesta quarta-feira.

Os proprietários e seguradoras do Ever Given anunciaram no domingo que chegaram a um acordo com a Autoridade do Canal de Suez sobre a compensação pelo resgate do navio, que bloqueou o tráfego na hidrovia.

A embarcação está detida por ordem judicial em um lago entre dois trechos do canal desde que foi desecalhada em 29 de março. Na ocasião, a Autoridade do Canal solicitou uma indenização de seu proprietário japonês, Shoei Kisen, e de suas seguradoras.

Cerimônia para saída

Ahmed Ali, advogado que representa a Shoei Kisen, disse nesta terça-feira que foi informado da decisão judicial.

A Autoridade do Canal, por sua vez, anunciou que o navio terá autorização para partir na quarta-feira, quando será realizada uma cerimônia para assinalar a sua partida.

Na internet: Nos 6 dias de encalhe, navio virou cenário para selfie e brincadeiras nas margens do Canal de Suez

O navio de 400 metros, um dos maiores porta-contêineres do mundo, será acompanhado por dois rebocadores, disseram fontes.

O Ever Given encalhou no dia 23 de março, impedindo por seis dias a passagem em uma das rotas comerciais mais importantes do mundo, que liga o Mar Vermelho ao Mar Mediterrâneo, na Europa.

Equipes de resgate finalmente conseguiram liberar o navio na madrugada do dia 29 de março. O incidente interrompeu o tráfego em uma das rotas comerciais mais movimentadas do mundo, chegando a causar um congestionamento de mais de 400 embarcações.

Até o momento, ninguém foi formalmente acusado pelo incidente. Poucas semanas após o encalhe, Marwa Elselehdar, primeira mulher capitã de navio do Egito, foi surpreendida com rumores na internet de que ela era a culpada pelo incidente.

Na época, porém, a capitã estava trabalhando como primeiro oficial da embarcação Aida IV, que navegava a centenas de quilômetros da Alexandria.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/07/2021

PETROBRAS ACERTA VENDA DE BLOCO DE PETRÓLEO EM ALAGOAS POR US\$ 300 MILHÕES

Estatual vendeu ativo para Petromais Global Exploração. Negócio faz parte da estratégia de desinvestimento da companhia, para reduzir dívida e focar no pré-sal

O Globo



Polo Alagoas compreende sete concessões de produção, sendo seis terrestres e a concessão do campo de Paru, localizada em águas rasas
Foto: Divulgação

RIO — A Petrobras assinou contrato para venda da totalidade de sua participação em sete concessões terrestres e de águas rasas localizadas no estado de Alagoas. O bloco, denominado Polo Alagoas, foi vendido por US\$ 300 milhões para a Petromais Global Exploração e Produção S.A. (Petro+).

O negócio faz parte da estratégia de desinvestimento da companhia, para reduzir dívida e focar no pré-sal, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos.

Do valor total da venda, US\$ 60 milhões foram pagos no momento da assinatura do contrato. Os US\$ 240 milhões restantes serão pagos no fechamento da transação.

Os valores não consideram os ajustes devidos até o fechamento da transação, que está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, tais como a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O Polo Alagoas compreende sete concessões de produção, sendo seis terrestres (Anambé, Arapaçu, Cidade de São Miguel dos Campos, Furado, Pilar e São Miguel dos Campos) e a concessão do campo de Paru, localizada em águas rasas, com lâmina d'água de 24 metros.



De janeiro a maio deste ano, a produção média do polo foi de 1,9 mil barris por dia (bpd) de óleo e condensado e de 602 mil m³/dia de gás, gerando 0,9 mil bpd de LGN (líquidos de gás natural).

Além dos campos e suas instalações de produção, está incluída na transação a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Alagoas, cuja capacidade de processamento é de 2 milhões de m³/dia, e que é responsável pelo processamento de 100% do gás do polo e pela geração de LGN.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/07/2021

CORREIOS: GOVERNO DECIDE PRIVATIZAR 100% DA ESTATAL EM UM ÚNICO LEILÃO

Empresa será vendida a apenas um comprador em certame previsto para março. Projeto precisa ser aprovado pelo Congresso e envolve mudanças na regulação

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — O governo já defeniu o modelo de privatização dos Correios. A proposta que o Ministério da Economia quer ver aprovada pela Câmara dos Deputados já na semana que vem prevê que a União se desfaça de 100% do capital da empresa.

A informação foi dada ao GLOBO pelo secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

CONHEÇA DEZ EMPRESAS INCLUÍDAS NA LISTA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO - 1 de 10

CASA DA MOEDA - *Fundada em 1694, está instalada em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e tem capacidade para produzir cerca de 2,6 bilhões de cédulas e quatro bilhões de moedas por ano* Foto: Wania Corredo / Agência O Globo

TELEBRAS - *Empresa tem entre as suas atribuições fomentar e difundir o uso e fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação no país. Com expectativas sobre privatização, ações chegaram a subir 40% nesta quarta-feira (21)* Foto:

TRENSURB - *A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre opera uma linha de trens urbanos com extensão de 43,8 quilômetros, no eixo norte da Região Metropolitana da cidade. Tem 22 estações e uma frota de 25 trens (com outros 15 sendo integrados)* Foto:

CORREIOS - *Empresa está presente em mais de 5,5 mil municípios brasileiros e encerrou 2018 com lucro líquido de R\$ 161 milhões. Abriu recentemente um Plano de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 4,8 mil funcionários* Foto: Fotoarena / Agência O Globo

ELETOBRAS - *Líder em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, é a maior companhia do setor elétrico da América Latina. No segundo trimestre do ano, registrou lucro líquido de R\$ 5,5 bilhões, resultado 305% superior a igual período do ano passado* Foto: Nadia Sussman / Bloomberg

DATAPREV - *A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social fornece soluções de TI para o Estado, tem unidades em cinco estados (CE, PB, RN, RJ, SC) e três data centers, localizados no Distrito Federal, Rio de Janeiro e em São Paulo. A Dataprev, entre outros serviços, processa o pagamento mensal de cerca de 34,5 milhões de benefícios previdenciários e é responsável pela aplicação on-line que faz a liberação de seguro-desemprego* Foto: André Coelho / Agência O Globo

CEAGESP - *A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo é a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata,*

cebola, coco seco e ovos) da América Latina, por onde circulam cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos diariamente Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

CBTU - A Companhia Brasileira de Trens Urbanos atua no transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Natal (RN). Tornou-se empresa pública em junho de 2018, após Assembleia Geral Extraordinária Foto:

CEITEC - Instalado em Porto Alegre (RS), o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada atua no segmento de semicondutores. Projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para aplicações como identificação patrimonial/logística, identificação pessoal e veicular Foto:

SERPRO - É líder no mercado de TI para o setor público. Atualmente também oferece serviços especializados ao setor privado. Tem 9.083 funcionários. A empresa lucrou R\$ 459 milhões no ano passado. Foto: André Coelho- Agência O Globo

O modelo difere dos planos para a Eletrobras e do que foi feito recentemente na BR Distribuidora, ex-subsidiária da Petrobras, baseados em operações no mercado de capitais.

A venda dos Correios também deve gerar mudanças na regulação do setor postal, que passaria a se tornar uma atribuição da Anatel com outro nome.

Entenda como vai funcionar o plano traçado pelo governo para privatizar os Correios e o caminho no Congresso para sua aprovação, lendo aqui a reportagem exclusiva do GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 06/07/2021

PROJETO PARA BARRAR SUPERSALÁRIOS PODE FAZER UNIÃO POUPAR R\$ 3 BI POR ANO

Relator da proposta que regulamenta teto do funcionalismo federal, que é de R\$ 39,2 mil, revisa o texto para reduzir brechas para pagamentos extras

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA — O projeto de lei que regulamenta os supersalários no poder público pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano. É o que apontam as projeções usadas pela equipe do relator do texto, o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR).

O deputado está revisando o próprio relatório, pronto desde 2018, e vai propor estabelecer uma trava para penduricalhos, como o auxílio alimentação, vinculada ao salário do servidor.

Além disso, ele deve incluir um dispositivo para tornar crime ordenar, receber e omitir o pagamento de extras que extrapolem o teto definido pela Constituição, hoje no valor de R\$ 39.293, equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) .

Pela proposta, uma condenação pode gerar pena de 2 a 6 anos. As mudanças valerão para servidores de todos os poderes e de todas as esferas.

— O que é direito adquirido, como é o 13º salário, não tem como tirar. É um exemplo claro. Mas (no relatório) entra naquilo que a lei manda, como auxílio alimentação e transporte. Nós estamos colocando uma trava nesses valores, porque não tem limite — explica o deputado.

A proposta vai estabelecer um limite variável para esses benefícios, sempre vinculado ao salário do servidor. Bueno usa como exemplo o valor do auxílio alimentação de um servidor que recebe R\$ 10 mil. Pela sua proposta, a trava seria de 3% e ele receberia R\$ 300 por este benefício.

Esse texto já havia sido aprovado no Senado em 2016, mas estava empacado na Câmara dos Deputados desde 2018. Agora, a proposta volta a tramitar e pode ser aprovada antes do recesso parlamentar, de acordo com cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A previsão é de votar um requerimento de urgência nesta terça-feira. Com isso, o texto passará a ser analisado diretamente no plenário. A antecipação dessa votação, no momento em que se discute a reforma administrativa, foi um pedido de várias lideranças partidárias.

— A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos — defende o deputado Vinícius Poit (Novo-SP).

A discussão também vem na esteira do debate sobre o teto duplex. Em abril, o Ministério da Economia publicou uma portaria, com base em decisão do STF permitindo o acúmulo de salário e aposentadoria acima do teto constitucional.

As primeiras estimativas da pasta apontavam que a medida teria impacto de R\$ 66 milhões ao ano. Apesar de polêmico, esse assunto não deve entrar na atual discussão dos supersalários, para não atrasar a tramitação da proposta.

A projeção citada pelo deputado Rubens Bueno se aproxima bastante de um estudo feito pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em maio. O levantamento aponta que cerca de 25 mil servidores recebem proventos que extrapolam o limite constitucional, o que representa um gasto anual de R\$ 2,6 bilhões.

A análise leva em conta dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad Contínua), do IBGE. O próprio CLP faz a ressalva de que o número total de servidores públicos apresentados na pesquisa — são cerca de 11 milhões — está defasado, o que indica que o impacto fiscal pode ser ainda maior.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/07/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EMPRESAS ARTICULAM MUDANÇA EM REFORMA

Por Adriana Fernandes e Camila Turtelli - Do Estadão Conteúdo, em Brasília



Projeto de lei altera o Imposto de Renda (IR) das empresas e das pessoas físicas

Imagem: João Gabriel Alves/Enquadrar/Estadão Conteúdo

Lideranças empresariais montaram uma articulação no Congresso para tentar frear a pressão do governo e do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), em votar o projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR) das empresas e das pessoas físicas.

Para tranquilizar o setor empresarial, o relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), falou ontem em “diálogo” e “tempo de maturação” antes da votação da proposta. A posição foi manifestada pelo relator nas redes sociais e vem depois de Lira ter dito, no final da semana passada, que o projeto seria votado antes do recesso parlamentar — que começa no próximo dia 15.

“Nossa prioridade será produzir um texto dando mais competitividade e justiça tributária ao País. O diálogo é o caminho para chegarmos no melhor formato da reforma. Vamos escutar todos os lados e decidir formando consensos. O tempo da maturação ditará o ritmo do trabalho”, escreveu o tucano, após ser procurado por empresários.

A pressa do presidente da Câmara foi mal recebida no setor produtivo e financeiro, sobretudo os bancos. Já é dado como certo que a proposta deve sofrer ajustes no Congresso. Empresários estão na linha de frente para reduzir de 20% para 10% a alíquota prevista no texto sobre a distribuição de lucros e dividendos. Lira, porém, antecipou a possibilidade de uma queda para 15%. A isenção de taxa para ganhos de até R\$ 20 mil no caso de acionistas de micro e pequenas empresas vai ser alterada.

Apesar da reação contrária, o governo acredita que a nova tributação deve incentivar novos investimentos, já que estimularia o reinvestimento dos lucros.

Detalhamento

Parlamentares cobram da Receita a divulgação das planilhas com os cálculos de todas as medidas do projeto. “Não adianta botar pressa nessa matéria. Vamos conversar, não é por aí. Não dá para aumentar a carga tributária das empresas, que já têm uma tributação muito alta”, diz o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP).

Fonteyne e os sete deputados do partido apresentaram um requerimento solicitando os dados detalhados e a memória de cálculo do impacto do pacote. No ofício, os deputados apontam que haveria aumento de carga tributária na ordem de R\$ 45 bilhões nos próximos três anos.

Para enfrentar as resistências, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o governo deve acelerar a queda do Imposto de Renda das empresas em 2022. Guedes, porém, não quer abrir mão da volta da taxa da distribuição de lucros e dividendos com uma alíquota de 20%.

Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Rodrigo Spada, afirma que o projeto tem avanços, como a volta da tributação de lucros e dividendos. “Seria impensável que um ministro como Paulo Guedes, que é ligado ao setor financeiro, viesse com uma proposta dessa. Até surpreende”, afirma. Para ele, a isenção que existe hoje protege as “castas”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/07/2021

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS DEVE SER FEITA POR VENDA DE 100% DA ESTATAL, DIZ SECRETÁRIO

Segundo Diogo Mac Cord, estudos mostraram que os investidores não querem ter a União como sócia relevante no negócio; governo quer que o leilão aconteça no primeiro trimestre de 2022, mas o Congresso ainda precisa aprovar o projeto de lei

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A privatização dos Correios planejada pelo governo federal deve envolver a venda de 100% da estatal, que hoje detém o monopólio do setor postal no Brasil (cartas e impressos). Para o leilão acontecer no primeiro trimestre de 2022, como planejado, o Congresso ainda precisa aprovar o projeto de lei que permite que a iniciativa privada atue em operações atualmente exclusivas dos Correios.

Em março, o Executivo divulgou que a desestatização da empresa seria por venda total ou majoritária das ações. Após avanços nos estudos, o governo optou pela primeira opção, ao entender que não deve manter uma participação minoritária nos Correios, afirmou o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. A informação foi revelada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estadão/Broadcast.



Privatização dos Correios deve envolver a venda de 100% da estatal, que hoje detém o monopólio do setor postal no Brasil. Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil

O formato ainda precisa ser formalmente aprovado pelos ministérios e pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo.

Mac Cord disse ao Estadão/Broadcast que, nos estudos sobre a desestatização, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu

que os investidores não querem ter a União como sócia relevante no negócio. O governo, por sua vez, já avalia que manter uma participação na empresa não seria positivo para o setor.

“O governo mudou a forma de atuação. Não achamos mais que seja relevante a União ter participação de 49% nas estatais, como o governo anterior achava. Acreditamos que o papel relevante do Executivo é na estruturação dos projetos, na abertura do mercado para o investimento privado, e na regulação, que vai garantir a universalização do serviço ou uma melhoria de qualidade”, disse o secretário.

Com isso, a estatal deverá ser privatizada por meio da venda de todos os ativos em conjunto com a concessão dos serviços de correspondência. A parte de encomendas, que hoje já não é monopólio público, não deve ser regulada.

O segmento postal precisa ser operado pela iniciativa privada por meio de concessão porque a Constituição estabelece que compete à União “manter o serviço postal e o correio aéreo nacional”. Ou seja, o que o projeto de lei que aguarda votação da Câmara faz é regulamentar de que forma o governo pode manter esses serviços por meio do setor privado. A solução encontrada foi o formato de contrato de concessão.

Enviada pelo Executivo em fevereiro, a proposta que permite a venda dos Correios já teve o regime de urgência aprovado pela Câmara e poderá ser votada nas próximas semanas.

O presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que pretende colocá-lo em votação antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. O projeto define que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também passe a regular os serviços postais.

Um dos argumentos do governo para vender os Correios é de que hoje existe uma incerteza quanto à autossuficiência e capacidade de investimentos futuros por parte da estatal, o que reforça a necessidade da privatização para que a empresa seja capaz de fazer investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões ao ano.

De acordo com o PPI, os estudos sobre a estatal finalizados em março mostraram que o mercado de correspondências está sob forte declínio, com a receita dos Correios em correspondências chegando a cair 28% em 2020 em relação a 2019. Por outro lado, o setor de encomendas tem apresentado um crescimento importante.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/07/2021

EMPRESAS JÁ ARTICULAM MUDANÇAS NA PROPOSTA DE REFORMA DO IMPOSTO RENDA

Entidades fazem pressão para retardar votação de texto que altera regras do IR de empresas e pessoas físicas; relator da medida na Câmara fala em 'diálogo' e 'tempo de maturação'

Por Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Lideranças empresariais montaram uma articulação no Congresso para tentar frear a pressão do governo e do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), em votar o projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR) das empresas e das pessoas físicas.

Para tranquilizar o setor empresarial, o relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), falou ontem em “diálogo” e “tempo de maturação” antes da votação da proposta. A posição foi manifestada pelo relator nas redes sociais e vem depois de Lira ter dito, no final da semana passada, que o projeto seria votado antes do recesso parlamentar – que começa no próximo dia 15.



Lira disse que tributação de lucros e dividendos pode cair de 20% para 15% na votação da reforma. Foto: Pablo Valadares/Agência Câmara

“Nossa prioridade será produzir um texto dando mais competitividade e justiça tributária ao País. O diálogo é o caminho para chegarmos no melhor formato da reforma. Vamos escutar todos os lados e decidir formando consensos. O tempo da maturação ditará o ritmo do trabalho”, escreveu o tucano, após ser procurado por empresários.

A pressão do presidente da Câmara foi mal recebida no setor produtivo e financeiro, sobretudo os bancos. Já é dado como certo que a proposta deve sofrer ajustes no Congresso. Empresários estão na linha de frente para reduzir de 20% para 10% a alíquota prevista no texto sobre a distribuição de lucros e dividendos. Lira, porém, antecipou a possibilidade de uma queda para 15%. A isenção de taxa para ganhos de até R\$ 20 mil no caso de acionistas de micro e pequenas empresas vai ser alterada.

Apesar da reação contrária, o governo acredita que a nova tributação deve incentivar novos investimentos, já que estimularia o reinvestimento dos lucros.

Detalhamento

Parlamentares cobram da Receita a divulgação das planilhas com os cálculos de todas as medidas do projeto. “Não adianta botar pressão nessa matéria. Vamos conversar, não é por aí. Não dá para aumentar a carga tributária das empresas, que já têm uma tributação muito alta”, diz o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP).

Fonteyne e os sete deputados do partido apresentaram um requerimento solicitando os dados detalhados e a memória de cálculo do impacto do pacote. No ofício, os deputados apontam que haveria aumento de carga tributária na ordem de R\$ 45 bilhões nos próximos três anos.

Para enfrentar as resistências, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o governo deve acelerar a queda do Imposto de Renda das empresas em 2022. Guedes, porém, não quer abrir mão da volta da taxa da distribuição de lucros e dividendos com uma alíquota de 20%.

Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Rodrigo Spada, afirma que o projeto tem avanços, como a volta da tributação de lucros e dividendos. “Seria impensável que um ministro como Paulo Guedes, que é ligado ao setor financeiro, viesse com uma proposta dessa. Até surpreende”, afirma. Para ele, a isenção que existe hoje protege as “castas”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/07/2021

LOURÃO LEVARÁ 3 MIL MILITARES À AMAZÔNIA E PROMETE QUEDA DE 12% NO DESMATAMENTO

Vice-presidente, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, se reuniu com ministros para apresentar informações sobre a Operação Samaúma. O efetivo vai permanecer na floresta até o fim de agosto

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA – O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou nesta terça-feira, 6, que cerca de 3 mil militares das Forças Armadas serão deslocados para atuar em ações de apoio e combate ao desmatamento.

Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, se reuniu com alguns ministros para apresentar informações sobre a “Operação Samaúma”, como foi batizada a nova investida militar.



“Nós vínhamos numa trajetória muito boa até o final do mês de abril. Após a saída das Forças Armadas, houve um aumento significativo do desmatamento, principalmente no mês de maio. Os índices foram bem elevados”, disse Mourão, acrescentando que a meta agora é reduzir entre 10% e 12% o índice de desmatamento verificado de julho do ano passado a agosto deste ano, em relação a julho de 2019 a agosto de 2020.

O vice-presidente, Hamilton Mourão Foto: Gabriela Biló/Estadão

O efetivo vai permanecer na floresta até o fim de agosto, mas o prazo poderá ser prorrogado, caso o governo julgue necessário. Na avaliação de Mourão, a atuação dos militares no combate ao desmatamento e incêndios tem assegurado o avanço dos crimes na floresta.

Ele chegou a afirmar que, quando os militares deixaram a Amazônia no fim de abril, houve aumento do desmatamento. O que o vice-presidente não comentou é que, naturalmente, com o fim das chuvas em muitas regiões, sempre ocorre o avanço dos criminosos sobre as áreas protegidas.

“Vamos atuar em força neste mês de julho, de modo que a gente feche o ciclo com uma redução na faixa de 10%, 12%. O ponto focal é que todas as agências cooperem para que haja uma sinergia nesse negócio” afirmou o vice-presidente. “A gente tem que chegar ao final do mês de julho com uma redução de 1 mil quilômetros quadrados de desmatamento. É um objetivo factível.”

O índice de desmatamento verificado em unidades de conservação federais registrou um aumento de 312% em maio deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. As florestas protegidas, que são fiscalizadas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), registraram 11.296 hectares de desmatamento, número bem superior ao registrado em maio de 2020, quando 2.741 hectares de florestas foram perdidos.

O desmatamento acumulado também aponta que o País caminha para um novo recorde. As medições oficiais são feitas de agosto de um ano até julho do ano seguinte. Entre agosto de 2020 e maio de 2021, as unidades de conservação somam 33.820 hectares de mata devastada. Esse volume é 40% superior ao verificado entre agosto de 2019 e maio de 2020, intervalo que registrou 24.165 hectares de florestas perdidas.

Mourão disse que o governo precisa melhorar os números para chegar à Conferência do Clima (COP-26), em novembro, com o Brasil menos pressionado por sua atuação na área ambiental. O vice chamou a atenção ainda para a contratação temporária de mais de mil brigadistas pelo Ministério do Meio Ambiente, que, segundo ele, passou a contar com 3,2 mil em ações em campo.

As ações da Operação Samaúma ocorrerão em 26 municípios que apresentam maior quantidade anual de alertas de desmatamento, localizados no Amazonas (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã); Mato Grosso (Apiacás, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Peixoto de Azevedo e Paranaíta); Pará (Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, São Félix do Xingu e Trairão); e Rondônia (Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã do Oeste, Machadinho D'Oeste e Porto Velho).

O vice não detalhou os custos da ação. Na operação militar Verde Brasil 2, que ocorreu entre maio de 2020 e abril de 2021, foram aplicados R\$ 410 milhões, segundo Hamilton Mourão. Quando a iniciativa foi encerrada, o governo anunciou o Plano Amazônia 21/22, que já previa a continuidade de operações nas áreas prioritárias.

A escolha da Operação Samaúma, informou o Ministério da Defesa, é uma referência à maior árvore da floresta amazônica, que pode chegar a 70 metros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/07/2021

IR: GUEDES QUER CORTAR ATÉ R\$ 40 BI EM SUBSÍDIOS A GIGANTES DE BEBIDAS, CONSTRUTORAS E PETROQUÍMICAS

Espaço será usado para reduzir a alíquota do Imposto de Renda sobre as empresas, que pode cair de 25% para 15%

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A equipe econômica pretende abrir uma guerra política entre as milhares de empresas brasileiras e uma fração pequena de companhias gigantes de bebidas, construtoras e petroquímicas. O objetivo é conseguir atrelar uma redução maior do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) para todas as firmas do País a um corte expressivo de subsídios tributários (arrecadação que a União abre mão) que são usados apenas por alguns grandes conglomerados.

Diante da gritaria do setor produtivo sobre a proposta do governo em taxar os dividendos pagos pelas empresas aos acionistas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, determinou que sua equipe prepare uma lista de subsídios que serão atacados já na proposta de reforma do Imposto de Renda enviada ao Congresso há duas semanas.

Pela proposta do governo, entregue ao Congresso no dia 25 de junho, a alíquota do IRPJ cairia 5 pontos percentuais de 25% para 20% em dois anos, metade em 2022 e 2023.



Jair Bolsonaro, presidente da República, e Paulo Guedes, ministro da Economia Foto: Gabriela Biló/ Estadão - 10/06/2021

O ministro, porém, já admite em conversas com interlocutores que a Economia calibrou mal o corte. Segundo fontes, Guedes já daria como certa a redução de 5 pontos de uma vez só, já a partir de 2022.

Agora, o ministro busca uma tesourada substancial de subsídios para compensar uma queda ainda maior da alíquota. Nos corredores do ministério, um

corte de 7,5 pontos percentuais (a alíquota cairia para 17,5%) no IRPJ seria o mais factível, com retirada de R\$ 20 bilhões em subsídios dados a poucas empresas dos setores de bebidas, empreiteiras e petroquímicas.

Mas Guedes tem deixado claro o desejo de cortar até R\$ 40 bilhões em subsídios já neste ano, o que permitiria reduzir o IRPJ de todas as empresas em até 10 pontos de uma tacada só - ou seja, a alíquota seria reduzida para 15%.

Por trás desse movimento, Guedes quer convencer o PIB nacional de que a taxa de 20% em dividendos que hoje são isentos não significa um aumento da carga tributária para as empresas. Para isso, o plano é acoplar o corte de subsídios ao texto da reforma que será relatada pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), de preferência, antes do recesso parlamentar de julho. Na prática, o governo também aproveitaria para já cumprir a obrigação de cortar benefícios fiscais colocada pela PEC emergencial aprovada no começo do ano.

Na mira está novamente o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que o governo tentou extinguir este ano, mas o Congresso renovou até 2025. Outros regimes especiais também serão atacados, mas o Sistema S não deve ser incomodado dessa vez, já que a Economia conta com essa parceria para o lançamento dos Bônus de Inclusão Produtiva e de Qualificação (BIP e BIQ).

Sabendo da dificuldade histórica em se derrubar subsídios no Congresso – e o Reiq é o exemplo mais recente – a equipe econômica vai apostar na guerra de narrativa: com menos imposto para todos, de um lado, e benefícios enormes para poucas empresas, de outro.

Guedes não abre mão da taxa de dividendos em 20% e nem do fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), outra forma de as empresas remunerarem os acionistas com abatimento no imposto a pagar. Para ele, a taxa de lucros e dividendos e o fim do JCP corrigem distorções históricas da tributação sobre a renda no País.

Ao mesmo tempo, ele tem falado abertamente no ministério que prefere “abortar” a reforma do que elevar a carga tributária. Por isso todos os cálculos estão sendo refeitos em direção de uma reforma neutra.

Um eventual excesso de arrecadação pode, por exemplo, ser usado para aumentar a quantidade de famílias aptas para usar o desconto simplificado do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). A proposta limita o instrumento à renda anual de R\$ 40 mil, mas esse teto poderia ficar maior.

O que muda no Imposto de Renda

- Pessoa física

O governo deve aumentar a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para cerca de R\$ 2,5 mil. Todos os contribuintes, até quem ganha mais de R\$ 2,5 mil, são beneficiados. As alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos. Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo, não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário. Hoje, os "primeiros" R\$ 1.903,98 são isentos. É esse valor que deve subir para R\$ 2,5 mil.

- Empresas

A alíquota do IRPJ vai cair de 25% para 20%. Haverá um escalonamento de dois anos: 2,5 pontos no primeiro e a outra metade no segundo ano. A alíquota da CSLL, que também incide sobre o lucro, de 9%, não será alterada.

- Lucros e dividendos

A distribuição de lucros e dividendos, remuneração que os acionistas recebem pelo capital investido na empresa, não é tributada desde 1995. A proposta fixa uma alíquota de 20% e define uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês (ou seja, até esse valor, o investidor não pagará imposto). Hoje, as companhias de capital aberto (com ações na Bolsa), são obrigadas a distribuir pelo menos 25% do seu lucro líquido.

- Juros sobre Capital Próprio

É uma forma de as empresas remunerarem seus investidores que pode ser abatida como despesa fazendo a empresa pagar menos IR. A ideia é acabar com esse mecanismo. Assim como os dividendos, os juros sobre capital próprio nada mais são que a distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na Bolsa) aos seus acionistas. No entanto, neste caso

existe a cobrança de 15% de Imposto de Renda sobre esse valor. Esse imposto é retido na fonte, ou seja, recolhido à Receita Federal antes de ser distribuído.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 06/07/2021

Valor

ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

MINÉRIO DE FERRO SOBE E VAI A US\$ 222 POR TONELADA NO PORTO DE QINGDAO



— Foto: *Bishnu Sarangi/Pixabay*

Os preços do minério de ferro se mantiveram em trajetória de alta no mercado à vista nesta terça-feira, ainda que com menos força do que no dia anterior, acompanhando os contratos futuros de aço.

Ao mesmo tempo, iniciativas das autoridades chinesas para conter a valorização vista como “irracional” das commodities voltaram ao radar dos investidores, contendo o fôlego das principais

De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, a tonelada de minério com teor de 62% de ferro encerrou a terça-feira com alta de 0,24% no porto de Qingdao, para US\$ 222,36 por tonelada, nível mais elevado em quase dois meses.

Em 2021, a principal matéria-prima do aço acumula valorização de aproximadamente 39% no mercado à vista, que é referência para os preços contratados no mercado transoceânico.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados de minério, para setembro, também encerraram a sessão de negócios diurna com alta modesta, de 0,5%, para 1.225 yuans por tonelada.

Segundo a consultoria Mysteel, os embarques de minério de ferro para a China, a partir da Austrália e do Brasil, devem ganhar tração em julho com o encerramento dos trabalhos de manutenção em importantes terminais portuários, levando a um maior equilíbrio entre oferta e demanda e alguma correção nos preços.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 06/07/2021

PPSA PREVÊ ALTA NA ARRECADAÇÃO E SUA PRIVATIZAÇÃO COMO REMOTA

A Pré-Sal Petróleo espera arrecadar R\$ 800 milhões com a comercialização do óleo ao qual a União tem direito nos contratos de partilha do pré-sal

Por *André Ramalho — Do Rio*

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) espera arrecadar neste ano pouco mais de R\$ 800 milhões com a comercialização do óleo ao qual a União tem direito nos contratos de partilha do pré-sal. Puxado pela recuperação dos preços da commodity em 2021, o montante é maior que os R\$ 627,8 milhões levantados em 2020. O presidente da estatal, Eduardo Gerk, afirma que a companhia pretende fazer, nos próximos meses, um leilão para vender novos volumes ao mercado.

Com a PPSA no alvo do plano de privatizações do ministro da Economia, Paulo Guedes, Gerk conta ao Valor, ainda, que vê como remotas as chances de a iniciativa prosseguir, no momento.

“Diria que não esfriou não, diria que congelou [a privatização]. Oficialmente nunca recebemos qualquer pedido do governo para qualquer plano nesse sentido, esta é a verdade. Então acho essa possibilidade muito remota... É muito difícil, a nível legal. Dependeria de decisões do Congresso, modificações legais, não é muito simples, nem é muito razoável. Mas não é uma decisão nossa. O que o governo decidir, o que tiver de ser vamos acatar”, comentou.

A PPSA representa a União nos contratos de partilha e estima que, até 2030, movimentará cerca de US\$ 75,3 bilhões com a comercialização do petróleo do Estado brasileiro, segundo estimativas do novo painel interativo lançado pela estatal. A privatização da companhia consistiria, assim, numa megaoperação de antecipação de receita oriunda do óleo da União.

A política de comercialização do óleo da União permite à PPSA vender os volumes diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador. Até hoje, a estatal ofereceu ao mercado, por conta própria, todas as cargas.

Em abril, a empresa tentou, sem sucesso, contratar um agente comercializador, para a venda dos volumes de óleo da União em Tupi (ex-Lula), o maior campo do país. Na concorrência, não houve ofertas, embora a Petrobras, Equinor e Total estivessem inscritas. Segundo Gerk, a estatal busca alternativas para tornar o processo licitatório mais atraente. “Ainda não descartamos retomar o processo de licitação para contratação do agente comercializador mais para frente, atualizando o edital”, diz.

Enquanto isso, a PPSA vai replicar o modelo já testado em 2018 e seguir com venda direta, feita pela própria companhia. O leilão está previsto para ocorrer, “no máximo, até setembro”.

A estatal ainda está definindo as regras do edital. Gerk cita que a grande novidade de 2021 é o volume de produção do campo de Búzios, o segundo maior do país. A estimativa é que a União passe a deter 5 mil barris/dia a partir do momento em que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) chancelar o acordo de coparticipação assinado entre a Petrobras, PPSA e as chinesas CNOOC e CNODC. Além disso, Tupi acumula mais de 1 milhão de barris da União, prontos para serem vendidos.

O acordo de coparticipação de Búzios visa a regular a coexistência de dois tipos de contrato para uma mesma área: o contrato da cessão onerosa, assinado entre a Petrobras e a União em 2010, e contrato de partilha, válido para os volumes que foram negociados no leilão dos excedentes da cessão onerosa, em 2019. A licitação previa que os vencedores da rodada pagassem à brasileira uma compensação pelos investimentos no campo anteriores à entrada dos novos sócios. pelo acordo, CNOOC e CNODC pagarão US\$ 2,94 bilhões à brasileira.

Gerk acredita que, com o acordo fechado, o leilão dos excedentes da cessão onerosa de Sépia e Atapu deste ano deverá atrair o interesse das grandes petroleiras. As duas áreas chegaram a ser ofertadas em 2019, mas a falta de clareza sobre os valores da compensação afastou investidores. “Isso não existe mais. Está tudo claro e definido e vai aumentar demais a atratividade desse processo.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/07/2021

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

SEM PETROBRAS, BR DISTRIBUIDORA MIRA AGORA O SETOR DE ENERGIA

Estrangeiros ficam com um terço das ações oferecidas pela estatal
Por Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO - A saída definitiva da Petrobras torna a BR Distribuidora uma empresa com maior potencial de gerar valor e com capacidade de entregar produtos a preços mais competitivos, disse nesta segunda-feira (6) o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr.

Maior distribuidora de combustíveis do país, a empresa prepara um plano estratégico para avançar no setor de energia, fornecendo soluções como eletricidade e gás natural.

"Nosso papel será suprir a energia que esse consumidor quiser ter para fazer a transição energética."

A operação de venda das últimas ações da Petrobras na ex-subsidiária foi concluída nesta segunda, por R\$ 11,3 bilhões. Investidores estrangeiros ficaram com pouco mais de um terço das ações oferecidas, que correspondem a 37,5% do capital da empresa.

Ao todo, 7.795 investidores, entre pessoas físicas e instituições, adquiriram os papéis. "É uma demonstração de confiança na empresa", disse Ferreira Jr. "É de confiança no país. [O setor de combustíveis] é um negócio que cresce com o PIB [Produto Interno Bruto]."

Após a oferta de ações, a BR se torna uma corporação sem dono, estrutura semelhante à que o governo pretende para a Eletrobras, que foi presidida por Ferreira Jr entre 2016 e o início de 2021.

"[Esse modelo] cria empresas com capacidade de investimento importante. Não é à toa que os países que adotaram esse modelo são aqueles que crescem mais", defende o executivo, que foi responsável pelo enxugamento da estatal elétrica nos últimos anos.

Um novo plano estratégico está sendo desenhado para a BR, mas a empresa já deu o primeiro passo ao adquirir a comercializadora Targus Energia, operação concluída em março deste ano. A rede de 80 mil postos e os 18 mil clientes diretos são os primeiros alvos na oferta de soluções energéticas.

A ideia, segundo Ferreira Jr, é ter a Targus como um veículo para viabilizar a construção de novas usinas de energia para negociar os contratos com essa extensa clientela. Um dos focos são as energias renováveis, para cumprir requisitos de ESG.

No mercado de combustíveis, o crescimento deve ser vegetativo, sem grandes aquisições, já que dificilmente o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) permitiria a compra de algum concorrente com maior presença no mercado.

Atualmente, a BR concentra 27% das vendas de diesel e 25% das vendas de gasolina do país. Seus concorrentes mais diretos, Raízen e Ipiranga, têm fatia um pouco menor. Juntas, as três maiores companhias são donas de cerca de dois terços do mercado.

Ferreira Jr disse que, com estrutura mais enxuta e maior eficiência, a BR já avançou sobre a concorrência em 2020, ganhando 240 novos postos e 2,4 pontos percentuais em fatia de mercado. O avanço, diz, é um argumento contra críticas sobre eventuais efeitos da privatização nos preços dos combustíveis.

"Estamos sendo capazes de suprir os revendedores com preços mais competitivos, resultado da eficiência da companhia nas operações e também na compra dos produtos", diz. "A BR se transformou, nos últimos dois anos, na maior importadora de combustíveis do país."

No primeiro trimestre, diz ele, foi a grande distribuidora a apresentar os melhores indicadores de custos. No período, a BR registrou lucro de R\$ 492 milhões, mais que o dobro do verificado no mesmo período do ano anterior.

A saída definitiva da Petrobras, diz ele, destrava valor da companhia, ao eliminar o risco político e tirar do horizonte a possibilidade de nova oferta de fatia relevante do capital. E abre caminho para novas fontes de financiamento para sustentar os novos negócios.

As ações que eram da Petrobras foram vendidas a R\$ 26. Ainda na quarta, mesmo dia da operação, subiram para R\$ 26,68. Nesta segunda, os papéis da distribuidora fecharam o pregão a R\$ 29,46.

A BR já havia sido alvo de duas operações em Bolsa. Na primeira, em 2017, a Petrobras levantou R\$ 5 bilhões com a venda de 28,75% do capital da subsidiária. Na segunda, em 2019, foram vendidas 33,75% das ações, por R\$ 8,6 bilhões.

Assim, em valores corrigidos pela inflação, a privatização da BR rendeu à estatal R\$ 26,6 bilhões. A saída da subsidiária é parte do plano de venda de ativos da estatal, que defende que precisa de recursos para reduzir sua dívida e focar na exploração de petróleo no pré-sal.

O programa de venda de ativos começou após os anos de prejuízo com o reconhecimento de perdas com o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato e foi acelerado no governo Bolsonaro, que realizou em 2020 a primeira venda de refinaria da história da companhia.

A Refinaria Landulpho Alves, em Salvador, foi vendida ao fundo Mubadala por US\$ 1,65 bilhão (R\$ 8,8 bilhões pelo câmbio da época), processo que abriu uma guerra judicial movida por sindicatos e partidos da oposição.

O plano prevê a venda de outras sete refinarias, com a empresa focando suas operações de produção de combustíveis na região Sudeste, mantendo apenas as unidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

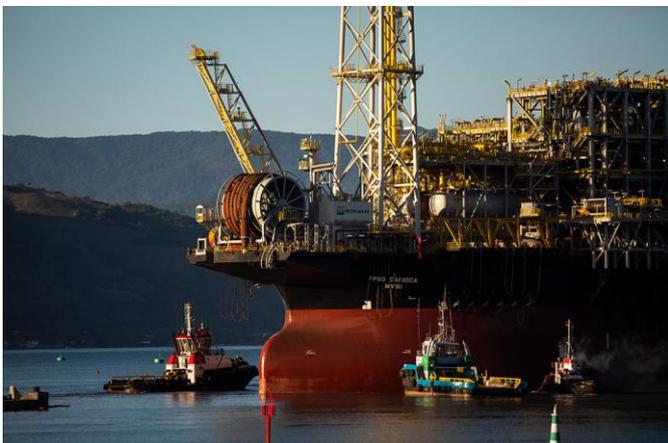
Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 06/07/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FPSO CARIOCA SEGUE PARA O CAMPO DE SÉPIA, NA BACIA DE SANTOS

Da Redação OFFSHORE 05 Julho 2021



FPSO afretado pela Petrobras será a maior unidade do Brasil em complexidade e em volume de produção de petróleo

O navio-plataforma FPSO Carioca saiu, no sábado (3), do Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis (RJ), rumo ao campo de Sépia, nas águas ultraprofundas do pré-sal da Bacia de Santos. O FPSO, unidade flutuante capaz de produzir, estocar e transferir petróleo, será o primeiro sistema de produção definitivo a ser instalado no campo. O início da produção está previsto para agosto de 2021.

A capacidade de produção da unidade é de 180 mil barris de petróleo por dia, o que equivale a aproximadamente 8% da produção de petróleo da Petrobras. O FPSO Carioca também pode processar 6 milhões m³ de gás natural por dia e conta com uma planta de processo de 40 mil toneladas para tratamento do óleo, do gás e injeção de gás e água nos reservatórios. Esta será a maior plataforma em operação no Brasil em termos de complexidade. Quando atingir o pico de

produção, também será a maior unidade em termos de produção de petróleo. De propriedade da Modec, a unidade está afretada pela Petrobras para operar por 21 anos no campo de Sépia.

A construção do FPSO começou em 2017 na China. Algumas etapas do processo de construção da plataforma foram realizadas no Brasil, com conteúdo local. Dois módulos foram construídos no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, gerando aproximadamente 400 empregos diretos. Esses módulos foram transportados do Brasil para a China onde foi feita a integração destes com todos os demais módulos e o casco da plataforma. Em novembro de 2020, o FPSO Carioca deixou a China, vindo para o estaleiro Brasfels, onde, em fevereiro de 2021, foi feita também a construção, verticalização e integração da torre do flare em uma operação especial, dado os seus 135 metros de altura. A fase final de comissionamento do FPSO Carioca ocorreu também no estaleiro Brasfels em Angra dos Reis, tendo gerado cerca de 600 empregos, e compreendeu os preparativos finais para a entrada em operação do navio.

A Petrobras prevê investir US\$ 46,5 bilhões na produção de petróleo e gás no Brasil até 2025. Atualmente, a companhia possui 21 plataformas em operação no pré-sal, que são responsáveis por 70% da produção de petróleo da companhia. O FPSO Carioca é uma das 13 novas plataformas da Petrobras que entrarão em produção no pré-sal de 2021 a 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2021

PORTO DO AÇU ALCANÇA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO NO T-MULT

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05 Julho 2021



Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2021

O Terminal Multicargas do Porto do Açu teve o melhor resultado de sua história nos últimos seis meses. O T-Mult bateu o volume movimentado ao longo de todo o ano de 2019, até então o destaque do terminal. Foram 804 mil toneladas movimentadas, de janeiro a junho. A expectativa é bater um milhão de toneladas até setembro.

O T-Mult conta atualmente com 39 clientes e 15 produtos.

EMPRESA ARGENTINA PREPARA ENTRADA NO SEGMENTO FERROVIÁRIO BRASILEIRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05 Julho 2021



Com proximidade da aprovação do novo marco regulatório, Copimex avança em busca de parceiros

A empresa argentina Copimex, que atua em obras e manutenções de vias férreas, acaba de anunciar um projeto para dar início à sua atuação no Brasil. De acordo com o CEO da companhia, Victorio Barra, o plano inclui a conquista de um ou mais parceiros para tocar o negócio em solo brasileiro.

Para intermediar as negociações com interessados em assumir a operação no país vizinho, Barra contratou a consultoria Global Franchise Consulting.

A Copimex busca um desenvolvedor de área para operar em todo o país, executando serviços de implementação de novas redes ferroviárias públicas e privadas, incluindo transportes de cargas, passageiros, metrô e ramais para empresas. Além disso, a empresa fornece know-how para que se possa fazer manutenção e atualização destas malhas aproveitando os grandes investimentos os quais o país está projetando para a malha ferroviária, metroviária, de portos e de logística.

Entre as hipóteses, a Copimex também não descarta uma joint venture com um grupo local que esteja interessado. A empresa ou investidor precisará ter uma disponibilidade de capital próprio ou de bancos na ordem mínima de US\$ 5 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2021

PORTO DO RECIFE FECHA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021 COM CRESCIMENTO DE 4,06%

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05 Julho 2021

Trabalhando com a importação e exportação de produtos diversos, o Porto do Recife movimentou mais de 590 mil toneladas no primeiro semestre de 2021. Os números apontam um crescimento de 4,06% em comparação com 2020. Cargas como açúcar, malte, barrilha, fertilizantes, trigo e produtos metalúrgicos estão entre os destaques.

Nos primeiros seis meses do ano, 147 embarcações atracaram no Porto do Recife, operando as mais diversas cargas. O açúcar ficou com o primeiro lugar, seguido pelo malte, com um crescimento de 48,38%, barrilha, fertilizantes, trigo e materiais metalúrgicos. No final do primeiro semestre, o terminal totalizou 592.632 toneladas movimentadas.

Neste semestre as exportações apresentaram um crescimento de 59,57%, passando de 98.272 toneladas para 156.811 toneladas. Esse cenário se deve ao bom desempenho na movimentação de açúcar, nosso principal produto de exportação. De janeiro a junho de 2020, o ancoradouro recifense tinha movimentado 56.091 toneladas de açúcar, enquanto no mesmo período de 2021, movimentou 145.079 toneladas. As exportações de açúcar a granel cresceram 354,62% e as de açúcar em sacos, 102,30%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2021

SUAPE DESENVOLVE PARCERIA PARA TORNAR-SE O PORTO MAIS MODERNO DO PAÍS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05 Julho 2021



O Porto de Suape celebra mais uma parceria em benefício da inovação tecnológica de suas atividades. Segundo a autoridade portuária, a iniciativa vai transformá-lo no mais moderno do país.

Desta vez, o acordo é com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar), localizado no ambiente do Porto Digital. A parceria tem como objetivo auxiliar a estatal no desenvolvimento de soluções inovadoras para renovar e agilizar as operações, além de suprir as necessidades de comunicação com o setor portuário do Brasil e do mundo.

A iniciativa surge a partir dos desafios de sustentabilidade econômica, eficiência operacional e aumento da movimentação que apontam para uma contínua busca de maior competitividade nos cenários nacional e internacional. Nos portos de classe mundial são utilizadas plataformas que visam a integração de sistemas, comunicação entre anuentes e automação de processos, os chamados Port Community System - PCS (Sistema da Comunidade Portuária).

O desenvolvimento de uma plataforma integrada, além de promover maior interação entre os atores envolvidos na operação portuária como armadores, operadores, agentes marítimos e órgãos fiscalizadores, a autoridade portuária fará com que Suape passe a figurar como um hub de geração e difusão de inovação e tecnologias emergentes, voltado para a eficiência na logística portuária. O trabalho foi iniciado há dois anos com o processo de transformação digital do atracadouro, com a estratégia de estreitar os laços entre o setor da logística portuária e o ecossistema de inovação do Porto Digital, do qual o Cesar faz parte.

O Cesar já desenvolveu soluções para instituições como o Exército Brasileiro e a Petrobras e disponibilizará, ao longo de dois anos, uma equipe de profissionais com expertise no assunto e experiência de mercado para criar as ferramentas de integração que resultarão na digitalização de muitas das rotinas que envolvem a operação portuária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/07/2021

ESTRADA DE FERRO CARAJÁS E A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS TÊM O MELHOR DESEMPENHO AMBIENTAL ENTRE AS FERROVIAS BRASILEIRAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05 Julho 2021



Administradas pela Vale, as ferrovias receberam os melhores índices pela ANTT

A Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, administradas pela Vale no Brasil, receberam as melhores avaliações ambientais entre as ferrovias brasileiras, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA) é aplicado pelo órgão federal responsável pela concessão, fiscalização e regulação das ferrovias

brasileiras. A Estrada de Ferro Carajás obteve a pontuação 0,83 em uma escala de 0 a 1. Na sequência, está a Estrada de Ferro Vitória a Minas, com 0,81. Pelo segundo ano consecutivo, as duas ferrovias têm o melhor desempenho. Para o gerente-executivo de Meio Ambiente da Vale, Bruno Ferraz, o resultado reflete os esforços da empresa pela relação sustentável com os territórios onde atua. “Estamos atentos a cada etapa do processo, utilizando tecnologia e buscando soluções inovadoras para aprimorar nossos controles ambientais. Também desenvolvemos um trabalho de diálogo com as comunidades visando ampliar as ações de conservação ambiental”, diz.

O indicador ambiental é formado a partir de quesitos como correta destinação de resíduos; reuso de água; controle de emissões; eficiência energética; relacionamento com moradores de cidades vizinhas às ferrovias; e iniciativas de conservação do meio ambiente.

Entre as ações desenvolvidas pelas duas ferrovias estão segregação de resíduos sólidos, reaproveitamento de água da chuva e sistemas de tratamento de efluentes, aplicação de polímeros supressores de poeira nas cargas, além de monitoramento automatizado da qualidade do ar.

Na Estrada de Ferro Carajás, que cruza os estados do Maranhão e Pará, são realizadas diversas iniciativas socioambientais. Uma delas é a Caravana nos Trilhos. Em 2019, foram realizadas 41 edições, alcançando um público de mais de 18 mil pessoas, e em 2020, foram realizadas 6 edições, que contou com a participação de 2.310 pessoas. Além disso, o Projeto Comunidade Sustentável, que visa incentivar e capacitar pessoas por meio da Educação Ambiental e geração de renda.

Ao longo da Estrada de Ferro Vitória a Minas são desenvolvidos projetos voltados para a preservação educação ambiental e sustentabilidade. Em 2020, foi realizada a capacitação de profissionais e a formação de estudantes de 33 instituições de ensino, em municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais, por meio de atividades on-line.



Estudantes universitários e de nível técnico também participaram do Desafio Atitude Ambiental, em formato de hackthon, buscando soluções inovadoras para problemas ambientais em diferentes municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais, baseados em duas temáticas: queimadas e descarte de resíduos.

Em 2020, foi realizado o plantio de aproximadamente 6,2 mil mudas e foram feitas parcerias com unidades de preservação ambiental.

A EFVM ainda recebeu a primeira locomotiva 100% elétrica, movida a bateria, da mineração brasileira, que está em operação no pátio de manobras na Unidade Tubarão. A locomotiva é parte do Programa PowerShift, que tem o objetivo de substituir nossa matriz energética por fontes limpas, dentro do compromisso de ser uma empresa carbono neutra, reduzindo e compensando as emissões de gases do efeito estufa até 2050.

Segurança Ferroviária – A Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Carajás também foram classificadas pela ANTT como as ferrovias mais seguras do país. O comparativo considera os índices anuais de acidentes de todas as estradas de ferro do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/07/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006